

POLÍCIA PORTUGUESA

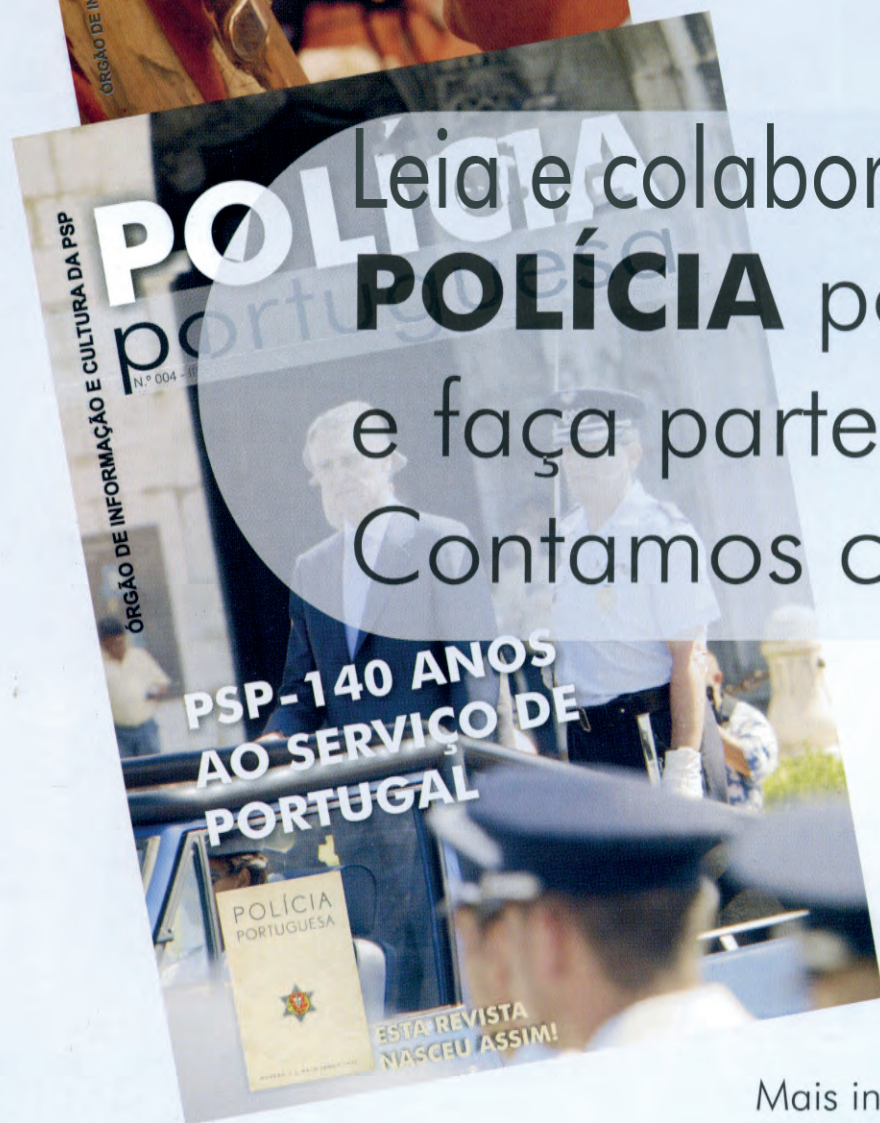
V Série • N.º 3 • OUTUBRO - DEZEMBRO 2020



UMA POLÍCIA COM HISTÓRIA

POLÍCIA portuguesa

Faça parte de um projeto
com mais de 80 anos de história!



Leia e colabore na revista
POLÍCIA portuguesa
e faça parte da história.
Contamos consigo!

 **POLÍCIA**
SEGURANÇA PÚBLICA

Mais informações em www.psp.pt
revista@psp.pt



POLÍCIA PORTUGUESA

ÓRGÃO DE INFORMAÇÃO, FORMAÇÃO E CULTURA DA PSP
V Série • N.º 3 • OUTUBRO - DEZEMBRO 2020

Diretor:

Superintendente-Chefe Constantino Ramos

Coordenadora:

Dra. Michele Soares

Consultor Técnico (Honorário):

Dr. Alfredo Theodoro

Corpo Editorial:

Chefe-Principal José Ferreira

Comissário Joaquim Malheiro

Doutor Adolfo Cueto-Rodríguez (HTC|NOVA-FCSH e CEF-UC)

Paginação:

Dr. Francisco Rodrigues

Fotografia:

Agente Principal Paulo Fernandes

Agente Principal Pedro Valongo

Secretariado e Publicidade:

Assistente-Técnica Ana Vieira

Agente Lina Carvalho

Participaram neste número:

Agente Principal Ana Catarina Lascasas (COMETPOR)

Agente Principal Maria Helena Vieira Stork (CDAVEIRO)

Agente Principal Lucília Correia (CDCASTELO BRANCO)

Agente Ana Pontes (CRMADEIRA)

Comissário Artur Serafim (COMETLIS)

Técnica Superior Patrícia Vale (CDBRAGA)

Superintendente Rui Moura

Doutor Eduardo Correia

Doutor Pedro Marques Gomes

Dra. Cláudia Filipe

Dra. Raquel Ascensão

Dra. Rita Guerra

Propriedade da Direção Nacional da PSP

Largo da Penha de França, n.º 1

1170-298 Lisboa – PORTUGAL

Telefone: +351 218 111 071

Email: revista@psp.pt

Depósito Legal: 18331/88

Execução Gráfica e Impressão: INcognit Calculation, Unipessoal Lda

Isenta de Registo na ERC, ao abrigo do artigo 12.º, n.º 1, alínea b), do Decreto Regulamentar n.º 8/99, de 9 de junho.

Os conteúdos dos artigos publicados são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

SUMÁRIO

Editorial 02

Notícias

CD AVEIRO

Aveiro Tech Week 12-18 OUT **03**

PSP em Rede de Trabalho em Prol do Cidadão **05**

Um Natal Diferente **07**

CD BRAGA

Balcão de Atendimento Integrado ao Cidadão **09**

CD CASTELO BRANCO

PSP Salva das Chamas Família em Aflição **10**

CM LISBOA

Agentes da PSP Salvam Idosos **11**

Campanha de Natal “Sorrisos de Esperança” **12**

CR MADEIRA

Entrega de Viaturas no Comando Regional da Madeira **13**

CM PORTO

Agente Principal António Almeida: Polícia e Único Árbitro de Elite Português de Futebol de Praia da FIFA **14**

Polícia por um dia no Comando Metropolitano do Porto **15**

O Comando Metropolitano do Porto no terreno em tempos de pandemia **16**

O Comando Metropolitano do Porto no apoio aos idosos **17**

MUP | Museu da Polícia

Congresso Internacional debateu os desafios da Polícia na História Contemporânea **18**

Lançamento do primeiro livro da coleção do Museu da PSP **19**

Uma Polícia com História

Entrevista com Maria Fernanda Rollo **20**

Encontro marcado com a História: A PSP e o 4 de fevereiro de 1961 em Luanda **28**

Documentos com História **32**

Objetos com História: Relógio de Ronda **34**

Artigos

A Missão **38**

O perfil de competências de base emocional dos investigadores criminais da PSP **42**



Nota do Diretor

Com o número 3 da V Série fechamos o primeiro ano de reedição da Revista Polícia Portuguesa. Foi um ano complexo e diferente que impôs à equipa editorial um esforço acrescido: reiniciar um projeto com parcos conhecimentos do mundo editorial, adaptando-se a uma nova realidade e imprimindo a cada número o contributo de Todos.

O presente número "Uma Polícia com História" quer informar e ressaltar a História de uma Instituição centenária como a Polícia de Segurança Pública, que é, em si mesma, história local, nacional e internacional como demonstram as notícias publicadas na revista. O contributo de relatos de ideias, vidas, projetos e ações num determinado tempo e contexto, recordando a importância de um passado, na continuação de um presente dinâmico e na projeção de um futuro cada vez mais indeterminado.

Neste tema destacam-se os contributos da equipa do Projeto de I&D *Polícia de Segurança Pública: História e Património* que, em conjunto com a equipa PSP, tem promovido esforços para a reposição e o enaltecimento do património material e imaterial da Nossa Instituição.

Terminamos com dois artigos. O primeiro com o título "A missão" de Eduardo Correia, que nos transporta para a importância da Missão policial e a dos professores de ensino policial no garante da ordem pública, no assegurar a legalidade democrática, garantindo a segurança interna e os direitos dos cidadãos, adquirindo e dotando a Polícia de Segurança Pública de uma autêntica natureza de serviço público.

O segundo artigo do Comandante Distrital de Coimbra, Superintendente Rui Moura, resume e convida-nos a explorar a tese de doutoramento que desenvolveu sobre "O perfil das competências de base emocional dos investigadores criminais da PSP".

Queremos continuar a ser 'voz' da História da nossa instituição, dos portugueses e dos cidadãos do mundo, razão pela qual sabemos que podemos contar com o contributo de todos os integrantes desta instituição – Polícia de Segurança Pública – que é Uma Polícia com História.

Constantino José Mendes de Azevedo Ramos
Superintendente-Chefe

Aveiro Tech Week 12-18 OUT



ENTRADA LIVRE

AVEIRO 2027

A Polícia de Segurança Pública procura interagir com a sociedade, em todos os domínios da imagética, de forma a espelhar a sua essência de Polícia próxima, integral, forte, coesa e ao serviço do cidadão, com uma elevada capacidade de resolução de problemas de segurança que afetam os cidadãos.

De 12 a 18 de outubro, em Aveiro, decorreu o evento "AVEIRO TECH WEEK 2020", que integrou outros três grandes eventos: "TECHDAYS Aveiro", "CRIATECH" e "PRISMA / Art Light Tech", os quais aliaram a tecnologia à arte e à cultura, através de exposições, instalações artísticas, performances, conferências, laboratórios e outras experiências. Uma semana inteiramente voltada para o projeto "Aveiro 2027 - Cidade Candidata a Capital Europeia da Cultura e da iniciativa Aveiro Tech City".

O Comando Distrital de Aveiro, tendo aceite o convite endereçado pela Câmara Municipal, teve em exposição, junto ao centro comercial "Fórum Aveiro" (um local privilegiado, em pleno centro da cidade e zona de confluência de comércio, turismo, serviços, jovens e população em geral) alguns meios e equipamentos policiais demonstrativos da importância da tecnologia na sua atividade operacional, sobretudo em funções de fiscalização e supervisão:

O "Provida 2000", sendo um sistema de radar que serve para controlar, em movimento ou estacionado, qualquer viatura que se encontre na frente, na traseira ou que se cruze com o veículo de controlo, possibilitando a gravação de todos os dados e imagens, que, posteriormente, podem funcionar como meio de prova em tribunal, constituindo,

NOTÍCIAS

CD AVEIRO

por isso, um sistema tecnologicamente avançado, que permite à PSP a prova fotográfica da infração cometida pelo condutor;

Um veículo 100% elétrico, representativo da melhor solução de mobilidade, para responder às questões atuais do aquecimento global, da qualidade do ar que respiramos e da dependência que existe dos combustíveis fósseis, uma vez que a PSP se preocupa com a redução da pegada ecológica, sendo que os veículos 100% elétricos, apresentam emissões nulas de CO₂, e contribuem, fortemente, para um planeta mais limpo e sustentável;

O Audi R8, que constitui uma mais valia no âmbito da segurança rodoviária, sobretudo no controlo de velocidade, por conseguir atingir os 100 km/h, em menos de 5 segundos;

O simulador de capotamento, que ajuda os condutores a entender a importância dos mecanismos de segurança existentes na viatura, nomeadamente, o cinto de segurança, pois, ao simular um capotamento, o condutor apercebe-se do impacto e do perigo que representa, por exemplo, um objeto solto dentro da viatura (garrafa de água, portátil, mochila...). Permite, ainda, que o condutor possa aprender como se libertar do cinto de segurança, quando a viatura se encontra capotada; como sair da viatura capotada em segurança, tendo em atenção o perigo de atropelamento ou o risco de incêndio; e como



sair quando um passageiro está encarcerado. O simulador de capotamento alerta para a condução defensiva e representa um acréscimo no combate a acidentes de trânsito, tendo impacto na consciencialização de condutores e passageiros;

Veículos Aéreos Não Tripulados (VANT) – popularmente conhecidos como drones, úteis em operações de monitorização de grandes eventos, missões de segurança, vigilância aérea e operações de busca.

O “PRISMA / Art Light Tech”, festival que assume a luz como matéria-prima para combinar a arte contemporânea e as atividades lúdicas no espaço público, iluminou a cidade com vários projetos artísticos, e o edifício do Comando Distrital de Aveiro “vestiu-se de gala”, em determinadas noites, com brilhantes projeções.

A exposição recebeu dezenas de visitantes, os quais mantinham o distanciamento entre si, conforme as indicações da Direção Geral de Saúde (DGS), devido à atual pandemia provocada pela COVID-19.

PSP em Rede de Trabalho em Prol do Cidadão

ESPINHO

Seminário “A Violência Doméstica – Meios de Intervenção”

No dia 30 de setembro de 2020, entre as 10H00 e as 12H30, o Comando Distrital de Aveiro participou no seminário “A Violência Doméstica – Meios de Intervenção”, promovido pela Divisão de Ação Social Intergeneracional e Saúde, da Câmara Municipal de Espinho.

O seminário teve como principais objetivos a partilha de conhecimentos sobre o fenómeno da violência doméstica, focando a legislação em vigor e os dois meios de prevenção utili-

zados no país – teleassistência e vigilância eletrónica –, bem como a análise da importância das Forças de Segurança e das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), enquanto promotoras de respostas de proximidade, no apoio às vítimas de violência doméstica.

O Adjunto da Esquadra de Investigação Criminal (Divisão Policial de Espinho), Chefe Coordenador João Manuel Duarte, esteve presente como orador, juntamente com o Delegado

Regional do Norte da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, Dr. Manuel Albano, o Procurador da República do DIAP de Santa Maria da Feira, Dr. Mário Mendes, e a representante do Gabinete de Apoio à Vítima “Bem Me Quero”, do Centro Social de Paramos, Dr.ª Anabela Monteiro.



NOTÍCIAS

CD AVEIRO

SÃO JOÃO DA MADEIRA “VIOLÊNCIA FICA À PORTA”

No âmbito da prevenção e combate à violência doméstica, e no cumprimento da diretiva da Direção Nacional da PSP, intitulada “VIOLÊNCIA FICA À PORTA”, o Comando Distrital de Aveiro, reuniu-se com seus principais parceiros sociais, em São João da Madeira, no dia 25 de novembro de 2020.

Enquadrado também no "Protocolo para a territorialização da rede nacional de apoio às vítimas de violência doméstica" (Municípios de Terras de Santa Maria - Santa Maria da Feira, São João da Madeira, Oliveira de Azeméis, Vale de Cambra, Arouca e Espinho), o Comando pretendeu estreitar os laços de cooperação e debater estratégias



para melhorar a intervenção da PSP junto da população.

O debate realizou-se entre polícias do Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade, da Esquadra de São João da Madeira, e membros das seguintes coletividades: Associação Ecos Urbanos, Centro Comunitário

Porta Aberta, Segurança Social, Cruz Vermelha Portuguesa, CPCJ e Divisão Social da Câmara Municipal de São João da Madeira – ESPAÇO AURORA.

O evento foi bastante noticiado na Comunicação Social local.

PSP / COOPERATIVA PARA EDUCAÇÃO E REABILITAÇÃO DE CIDADÃOS COM INCAPACIDADES (CERCI) SÃO JOÃO DA MADEIRA - Ação de sensibilização



A Equipa de Proximidade e de Apoio à Vítima (EPAV), da Esquadra Policial de São João da Madeira, deste Comando Distrital, no âmbito do “DIA INTERNACIONAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA”,

levou a efeito uma ação de sensibilização na Cooperativa para Educação e Reabilitação de Cidadãos com Incapacidades (CERCI), em São João da Madeira.

Durante a visita, houve lugar a

uma conversa com os utentes do Centro de Dia (mais autónomos), tendo sido quebrado o distanciamento que pudesse existir entre aqueles cidadãos e a Polícia, ficando definitivamente a ideia de que o polícia é um amigo que os poderá ajudar em caso de necessidade.

Foi também apresentada a Pulseira 'Estou Aqui Adultos!' e o Programa “Significativo Azul”, tendo como objetivo o utente e a CERCI replicarem a informação junto dos familiares e tutores dos utentes, explicando que, na sua essência, a referida pulseira se enquadra, também, na proteção de pessoas com deficiência.

Um Natal Diferente



O Natal sempre foi uma época do ano muito peculiar, considerada, por muitos, a época de reunião familiar.

No entanto, devido às restrições impostas pelo Governo, no sentido de minimizar o impacto causado pela crise pandémica, que teve origem na COVID-19, este último Natal foi passado e sentido de forma diferente.

Na esperança de atenuar as amarguras e de contribuir para a felicidade das pessoas, o Comando Distrital de Aveiro preparou pequenas surpresas:

Um Calendário do Advento, repleto de bonitas fotos natalícias tiradas nas cidades onde a Polícia de Segurança Pública tem jurisdição, que fazia a contagem decrescente para a Noite de Natal. A ideia, que partiu do Núcleo de Imprensa e Relações Públicas, do Comando

de Aveiro, foi muito bem trabalhada pelo Gabinete de Imprensa e Relações Públicas, da Direção Nacional, tendo resultado numa excelente coleção de fotografias, ao jeito de postais de Natal, já anteriormente pensados por aquele Gabinete, que se iam apresentando, diariamente, aos cidadãos, na página de Facebook desta Polícia;

Um concerto, levado a cabo pelo Quinteto de Metais, da Banda Sinfónica da Polícia de Segurança Pública, que, a convite deste Comando, esteve no centro comercial "Fórum Aveiro", das 13H30 às 16H00, no dia 21 de dezembro, a proporcionar verdadeiros momentos enternecedores, místicos, de animação e de inspiração para o espírito natalício a todos quantos por ali passavam e se detinham a deliciar-se com o tão bem escolhido repertório;

NOTÍCIAS

CD AVEIRO

O reforço do Programa “Idosos em Segurança”, com a intensificação de visitas domiciliárias às pessoas mais vulneráveis, por razão da idade, por viverem sozinhas ou por se encontrarem em situação de risco;

E, aquando da entrega dos presentes, no dia 24 de dezembro, pela hora após a ceia de Natal, um presente especial, colocado na página de Facebook do Comando, com os dizeres “Neste Natal, o nosso presente é estar aqui consigo no Facebook! Fique em casa, em segurança, e entretenha-se a resolver os nossos passatempos!” – um conjunto de 10 passatempos ajudaram 3.131 pessoas a passar um serão divertido.

Nada pode compensar, nem substituir os afetos, mas a intenção do Comando foi a de suavizar a falta deles e, de acordo com os amáveis comentários recebidos na nossa página, com estes pequenos gestos, certamente alcançámos o objetivo.





Balcão de Atendimento Integrado ao Cidadão

Com o objetivo de facilitar a relação dos cidadãos com a Administração Pública e com a PSP em particular, proporcionando um atendimento mais cómodo, este Comando Distrital da PSP de Braga dispõe, desde o passado mês de outubro, de um novo espaço de atendimento, o Balcão de Atendimento Integrado ao Cidadão, o qual reúne no mesmo espaço vários serviços.

Este espaço, é um conceito inovador e um projeto pioneiro na Polícia. Além de proporcionar conforto e comodidade, permite também tratar de vários assuntos policiais num mesmo espaço, evitando assim ao cidadão deslocções a diferentes locais e consequentemente maiores perdas de tempo. Além disso, permitirá também uma melhor

organização do espaço policial em termos de segurança.

O Balcão de Atendimento Integrado ao Cidadão funciona em horário permanente 24/7 (vinte e quatro horas por dia, 7 dias por semana – incluindo fins de semana e feriados) para efeitos de atendimento policial (queixas/participações/denúncias); e em horário contínuo e alargado, de segunda a sexta-feira (09:00h às 16:00h) para os restantes serviços, salvo exceções devidamente assinaladas.

Este espaço disponibiliza os seguintes serviços:

- Atendimento policial (queixas/participações/denúncias);
- Sala de Apoio à Vítima;
- Armas;
- Segurança Privada;

- Certidões várias (acidentes, extravio de documentos, furto, etc);
- Achados;
- Requisições de Serviços Policiais;
- Salas de Inquirição (processos crime, Contraordenacional, Deontologia e Disciplinária);
- Tesouraria.

A criação deste novo espaço vai permitir a realização de mais um objetivo estratégico da PSP, ao possibilitar a realocação de diversos serviços, conferindo aos mesmos maior dignidade e melhores condições de trabalho.

PSP Salva das Chamas Família em Aflição

Na madrugada do dia 28 de dezembro de 2020, pelas 05h46 e via 112, foi dado o alerta de incêndio de origem desconhecida em prédio urbano. Uma moradia de 02 pisos na cidade da Covilhã, era pasto das chamas e no seu interior continuava uma mulher e as suas duas filhas gémeas menores de idade.

De imediato foram accionadas duas viaturas policiais para o local, sendo as tripulações compostas pelos Agentes Principais João Duvigneau, António Carriço, Vítor Veloso e João Martins.

Constatando a perigosidade dos factos no local, e sem hesitarem, reuniram esforços para

iniciar o socorro às vítimas que, em pânico e desespero, já se encontravam refugiadas numa varanda do andar superior da habitação e impedidas de sair para a via pública.

Não olhando ao risco da própria vida, procederam a todos os esforços para salvar aquela família em aflição. Escalaram à varanda, conseguindo apoiar e acalmar as vítimas, e com auxílio de uma mangueira encontrada no jardim, encetaram luta com as chamas, abrindo deste modo um pequeno corredor na entrada da residência, recolheram as meninas e sua mãe, colocando-as em segurança no exterior da habitação. Na ten-

tativa de diminuir os prejuízos, continuaram a tentar controlar as chamas até à chegada dos Bombeiros locais.

As vítimas não apresentavam ferimentos, mas foram transportadas ao hospital para observação, assim como um dos agentes devido à inalação de fumos. Acabaram por ter alta hospitalar no mesmo dia.

Graças à prontidão, coragem e espírito de sacrifício destes profissionais, a Polícia de Segurança Pública está de parabéns.





Agentes da PSP Salvam Idosos

Os Agentes André Ferreira e João Costa, da 18ª Esquadra – Campo Grande, salvaram um casal de idosos de uma casa em chamas, no dia 4 de outubro de 2020. Numa rotina comum ao pessoal policial, estes dois Agentes depararam-se com fumo a sair do prédio onde residiam estes idosos. Rapidamente agiram para averiguar a situação, demonstrando-se tratar de um incêndio num apartamento.

Estes Agentes perceberam que se encontravam pessoas nesse apartamento, o que culminou ao salvamento de um casal de idosos, de 92 e 89 anos, que residia nesse apartamento.

O Agente Ferreira tem 29 anos, 4 anos de serviço e entrou na PSP porque sempre teve sangue das forças de segurança, o seu avô foi GNR, e queria exercer funções nas grandes áreas. Trata que esta situação “numa futura ocorrência deu-me experiência para este tipo de situação, melhorando sempre a minha atuação como polícia”.

O Agente Costa, de 25 anos, com 2 anos de serviço, ingressou nesta PSP também porque tem ligações familiares com a Polícia, o seu pai é PSP. Contou que esta experiência “melhora a qualidade como polícia” e “nas próximas situações idênticas vão servir para melhorar a sua

atuação”. Ambos pretendem dar continuidade nesta força de segurança, candidatando-se a carreiras superiores (de Chefes e de Oficiais).

Campanha de Natal “Sorrisos de Esperança”

No âmbito da ligação social que a Polícia de Segurança Pública tem com os cidadãos, o Comando Metropolitano de Lisboa desenvolveu a campanha “Sorrisos de Esperança”. Através do Policiamento de Proximidade das suas Divisões Policiais, o Comando realizou no mês de dezembro esta campanha de Natal.

Infelizmente a pandemia Covid-19 que atravessamos veio condicionar, de forma severa, a maneira como as pessoas se relacionam, provocando o inevitável distanciamento, preocupação e ansiedade. As crianças são particularmente visadas com esta pandemia e, apesar dela, continuam a brincar, partilhar emoções e sorrisos com os seus amigos e família. Uma das diversas consequências da pandemia foi criar problemas económicos e sociais em muitas famílias.

A campanha consistiu em recolher brinquedos e roupa para crianças desfavorecidas, que estejam em bom estado. Posteriormente cada Divisão Policial ficou responsável de identificar famílias carenciadas e/ou instituições que deem esse apoio.





Entrega de Viaturas Comando Regional Madeira

Ao abrigo do Protocolo de Colaboração entre o Governo Regional da Madeira e a Polícia de Segurança Pública, foram entregues, no passado 19 de dezembro de 2020, 10 viaturas policiais caracterizadas.

A entrega dos 10 Skoda Octavia VIII 2.0 TDI 116 Ambition, um investimento de €260.432,00, decorreu na parada do Comando Regional da Madeira e contou com a presença do Exmo. Sr. Vice-Presidente do Governo

Regional – Dr. Pedro Calado e do Exmo. Sr. Comandante Regional – Superintendente-Chefe Luís Simões.

O montante investido pelo Governo Regional em prol da segurança da população madeirense, cujo financiamento resulta das receitas provenientes das coimas cobradas por infrações rodoviárias, é o culminar de um investimento de cerca de €500.000,00, efetuado no ano transato, distribuído pela renovação da frota automóvel e de

motociclos, assim como na dotação de equipamento técnico de busca e salvamento, equipamento portátil de iluminação de emergência, cinemómetros e sonómetros.



Agente Principal António Almeida Polícia e Único Árbitro de Elite Português de Futebol de Praia da FIFA

Em 08 de Outubro de 1998 ingressou na Polícia de Segurança Pública. Pertence ao efetivo do Comando Metropolitano do Porto desde 2001, onde exerce funções no MIPP/EPAV da 3.ª Divisão Policial.

É árbitro Internacional de Futebol de Praia e árbitro de 1.ª Categoria de Futsal. O seu percurso na arbitragem iniciou-se há 17 anos. Entre diversos marcos importantes, salientam-se: o Campeonato do Mundo 2015 de Futebol de Praia em Espinho-Portugal; a Final dos primeiros Jogos Europeus 2015 em Baku – Azerbaijão, entre as seleções de Itália e Rússia; a Final da Liga dos Campeões de Futebol de Praia em Catânia- Itália em Junho de 2015; a Final do Campeonato da Europa na Sardenha- Itália em Setembro de 2018 entre as seleções de Espanha e Itália; o 1.º Campeonato do Mundo de Clubes de Futebol de Praia, Alanya-Turquia, em Outubro de 2019 e a Final da Taça Intercontinental Beach Soccer Cup 2019 no Dubai, UAE em Novembro de 2019.

Enquanto polícia e árbitro, considera-se um privilegiado por concretizar “o sonho de criança”, o de ser polícia, no âmbito da arbitragem, diz: “tem-me dado coisas fantásticas. Tenho tido a oportunidade de representar o nosso país e de conhecer vários países e culturas. E claramente aprender e estar ao lado dos melhores.”

Como consegue conciliar as duas atividades em simultâneo, a de ser polícia e árbitro?

Com muita disciplina e uma enorme gestão criteriosa de tempo diário e semanal, para poder conciliar horário de trabalho, treinos, jogos e vida familiar. Nem sempre é fácil, mas o êxito resulta da capacidade mental de nos ajustarmos e de ter flexibilidade, para nos comprometermos em realizar todas as tarefas. Importa realçar que sempre tive o apoio de superiores hierárquicos e de colegas. Agradeço portanto a todos, o contributo e ajuda que me deram para que fosse possível conciliar as duas atividades.

Arbitrar também pode ser sinónimo de sacrifício?

Sem dúvida. O maior de todos é o familiar, o tempo despendido em competição, treinos e viagens, são muitas horas e dias de ausência. Mas também a nível físico exige de mim muitos sacrifícios e superação. No patamar que me encontro sou equiparado a atleta de alta competição, portanto treinos, alimentação e descanso, são essenciais para obter excelentes desempenhos.

O que representa para si ser polícia?

Como já disse, é o sonho de criança. É o que gosto de ser e fazer. Satisfaz-me plenamente e eleva os meus padrões como profissional. Pois sou sensível às exigências da sociedade atual e às tarefas que me são incumbidas devido à vertente mais humana e social que o meu serviço representa. Dou tudo de mim para ser um bom polícia e crescer como profissional. É um orgulho pertencer a uma instituição como a Polícia de Segurança Pública.

Polícia por um dia no Comando Metropolitano do Porto

No dia 26 de Outubro de 2020, um cidadão portador de doença oncológica, visitou as instalações da Esquadra do Bom Pastor, pertencente à 3ª Divisão Policial do Comando Metropolitano do Porto, para desta forma concretizar o seu sonho de ser polícia por um dia.

Devido à sua vulnerável condição de saúde, ficou desde muito cedo impossibilitado de realizar o objetivo de tentar incorporar na Polícia de Segurança Pública.

Foi um dia de grande impacto positivo na vida do senhor Daniel Maia e da sua mãe. Conseguiu, assim, constatar como é o funcionamento da instituição e o quotidiano policial de uma esquadra. No final transmitiu o seu agradecimento e entusiasmo pela dinâmica proporcionada e pelo convívio com os elementos policiais.

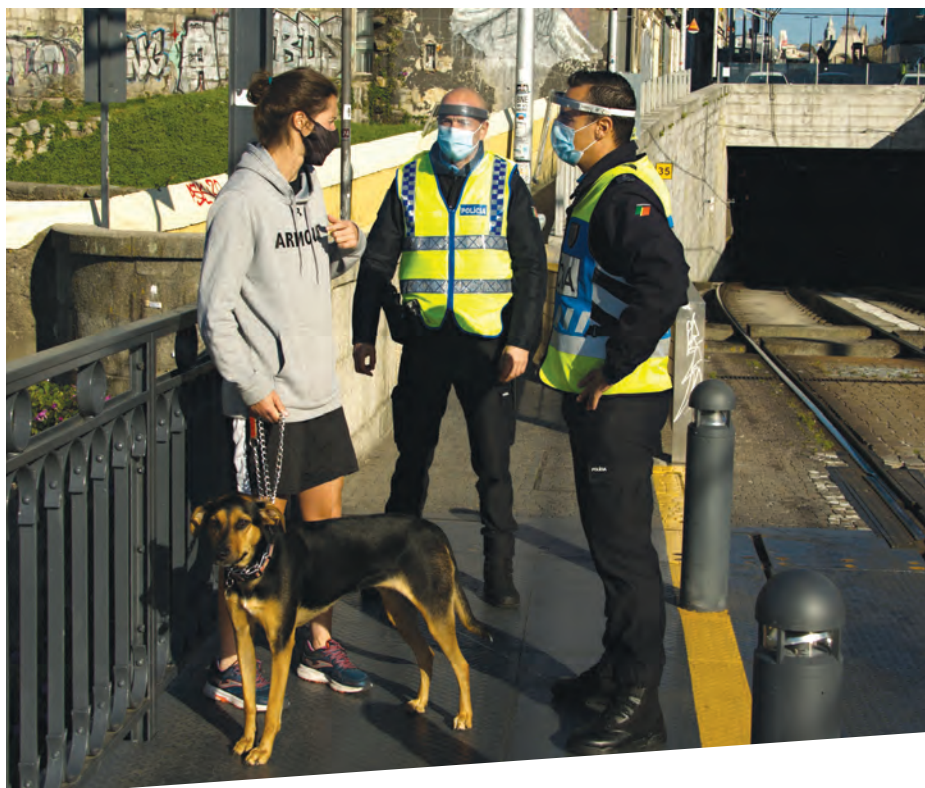




O Comando Metropolitano do Porto no terreno em tempos de pandemia

O Comando Metropolitano do Porto no contexto das medidas decorrentes do Estado de Emergência, promoveu regularmente ações de sensibilização e deteção de comportamentos de incumprimento das medidas e normativas de proteção e segurança dos cidadãos.

Com o intuito de reforçar o patrulhamento e dar resposta às atuais exigências, diligenciou assegurar de forma capaz, eficiente e humana, a ordem e a tranquilidade públicas e de reforço do sentimento de segurança da comunidade.



O Comando Metropolitano do Porto no apoio aos idosos

A Divisão Policial de Vila do Conde, no dia 21 de Dezembro de 2020, realizou uma ação de proximidade, no âmbito do Programa Apoio 65 - Idosos em Segurança.

Imbuídos no projeto *A solidariedade não tem idade* – A PSP com os idosos, a ação abrangeu os idosos devidamente sinalizados e assiduamente acompanhados por esta polícia.

E tal como em anos anteriores e no contexto da Parceria Local entre a Polícia de Segurança Pública e a Junta de Freguesia de Vila do Conde, foram entregues aos idosos mais carenciados cabbazes com bens essenciais, oferecidos pelo senhor Presidente da Junta da Freguesia de Vila do Conde, para desta forma simbolizar a época natalícia.



Congresso Internacional debateu os desafios da Polícia na História Contemporânea

Durante três dias investigadores de vários países reuniram-se no Congresso Internacional «Os Desafios da Polícia na História Contemporânea». Tendo em conta as circunstâncias provocadas pela pandemia da COVID 19, o encontro decorreu integralmente online, contando com uma ampla assistência.

Após a abertura, feita por Maria Fernanda Rollo e Diego Palacios Cerezales, em três sessões plenárias, Óscar Jaime Jiménez (Universidad Nacional de Educación a Distancia de Espanha), Gonçalo Gonçalves (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro) e Susana Durão (Universidade Estadual de Campinas) abordaram as sociedades em transformação e os modelos policiais em crise, o passado policial em Portugal e ainda a questão das seguranças pública e privadas no Brasil.

Ao longo dos três dias, 62 investigadores de diversos países

apresentaram 46 comunicações onde analisaram as origens das funções policiais; os métodos policiais em diferentes óticas; as questões da criminalidade, do controlo e ordem social; a perseguição e violência policial; a ameaça terrorista e a cooperação policial internacional; a proteção do meio ambiente; as polícias em momentos de mudança política e em contextos de guerra; democracia e segurança; as forças policiais civis e militares; a memória, o património documental e material das forças da ordem, entre outros assuntos.

Ao encontro compareceram não só académicos, como elementos de várias corporações, além da PSP. Estiveram presentes investigadores da GNR, da Polícia Judiciária, da Polícia dos Estabelecimentos da Marinha de Portugal, da Polícia Nacional e da Guarda Civil, os Mossos d'Esquadra e ainda de várias polícias locais espanho-

las; membros da Polícia Militar do Pará, da Polícia Federal do Brasil, bem como da Policia de Buenos Aires.

Este foi o segundo congresso realizado no âmbito do projeto «Polícia de Segurança Pública: História e Património», promovido pela PSP e desenvolvido pelos investigadores de HTC - História, Territórios e Comunidades – CFE NOVA FCSH. A organização contou com a parceria da Universidad Complutense de Madrid.

Este ano, a PSP e a NOVA-FCSH, prosseguindo o objetivo de debater e refletir acerca das questões policiais, encontra-se já a preparar um terceiro congresso, intitulado “Polícia(s) e Sociedade”, que vai acontecer nos dias 18 e 19 de novembro na NOVA-FCSH. O convite para a apresentação de trabalhos pode ser consultado em <https://historiaepatrimoniopolicia.wordpress.com>.





Lançado o primeiro livro da coleção do Museu da PSP “Polícia(s) e Segurança Pública: História e Perspetivas Contemporâneas”

Estudar a história da(s) Polícia(s), olhando para o percurso das diferentes forças policiais no tempo, para o seu património, bem como para a definição de modelos policiais e suas alterações” é a premissa da obra “Polícia(s) e Segurança Pública: História e Património”, lançada no dia 2 de dezembro de 2020, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

A obra, coordenada por Maria Fernanda Rollo, Pedro Marques Gomes e Adolfo Cueto-Rodríguez, apresenta um conjunto de estudos inéditos, nacionais e internacionais, abrindo com uma síntese histórica da Polícia de Segurança Pública, desde as suas origens até às primeiras décadas da democracia portuguesa, escrita pelos três coordenadores do livro e por Pedro Urbano.

Na sessão de lançamento, usaram da palavra o Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna, Antero Luís, o Diretor Nacional da PSP, Manuel Magina da Silva, Maria José Roxo, subdiretora da NOVA-FCSH, e Óscar Jaime Jiménez, catedrático da Universidad Nacional de Educación a Distancia de Espanha.

Este livro, que é o primeiro da coleção do Museu da PSP, integra-se no projeto “Polícia de Segurança Pública: História e Património” e resulta também do Congresso Internacional “História, Identidade e Património da(s) Polícia(s)”, que teve lugar em 2019, no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.

Os autores escreveram sobre diversos temas, agrupados, no livro, em três partes: “His-

tória, memória e património da(s) polícia(s); “História da(s) polícia(s): estudos sobre Portugal e Espanha” e “Polícia(s), ordem e segurança pública”. Assinam textos investigadores do ISCPSI, como Lúcia Pais, Eurico Dias, Sérgio Felgueiras, Paulo Machado e Eduardo Pereira Correia, mas também de outras instituições, como Manuel Valente, Cristina Montalvão Sarmiento, Nuno Andrade, Sérgio Vaquero e Aritz Bidaurrazaga. Sobre a PSP podemos encontrar, além da síntese histórica inicial, trabalhos sobre a evolução da carreira feminina, o papel e a atuação da PSP na Revolução de Abril e sobre a história da revista Polícia Portuguesa.

Entrevista a Maria Fernanda Rollo

Maria Fernanda Rollo é professora catedrática de História da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (NOVA-FCSH) e investigadora do HTC – História, Territórios e Comunidades da CFE NOVA-FCSH, que fundou no ano passado. Tem liderado inúmeros projetos de investigação, nacionais e internacionais, sobre diversos temas da História Contemporânea e coordena, deste 2016, o projeto “Polícia de Segurança Pública: História e Património”, que resulta de um protocolo realizado entre a PSP e a NOVA-FCSH. Foi precisamente sobre este projeto que falou com a Revista da Polícia.

Quando, em 2016, iniciou o projeto “Polícia de Segurança Pública: História e Património” tinha já ideia da sua dimensão e do trabalho que teria pela frente?

Tinha a certeza que seria muito exigente, tão exigente quanto estimulante. A experiência de projetos semelhantes que coordenei no passado (entre outros, a história das telecomunicações e a história da engenharia em Portugal), pela sua amplitude cronológica e a sua vasta e dispersa presença no território nacional (e internacional, nomeadamente nas ex-colónias) permitiam perspetivar um trabalho muito difícil, complexo e moroso.

Sabia, portanto, à priori, que tínhamos pela frente um longo tempo de trabalho que teria que ser cuidadosamente preparado, organizado, acompanhado, requerendo duas condições vitais: o apoio e o acompanhamento da PSP e uma equipa de investigadores com competências adequadas.

Como nasce, então, este projeto?

O projeto nasceu de um ‘desafio’ apresentado pela PSP – o que em si constitui uma circunstância que deve ser devidamente distinguida. Não é comum instituições desta natureza e relevância assumirem de forma tão clara e com uma perspetiva tão assertiva o que pretendiam levar a cabo, tudo isso, o que ainda é mais singular, garantindo os meios necessários para o efeito. A essas condições devem acrescentar-se a abor-



dagem e a metodologia prosseguidas para a realização desta iniciativa, mantendo, ao longo destes anos, a disponibilidade e o empenho persistentes para desenhar e cumprir o projeto de forma colaborativa, com metas e objetivos bem definidos. Devo salientar o papel de alguns elementos da PSP interessados na valorização da história e do património da sua instituição, como o Superintendente Luís Guerra e o Subintendente Pedro Amiguinho. Mas, entre tudo, importa distinguir o papel inestimável e absolutamente decisivo do Superintendente-Chefe José Torres e o inequívoco e expresso apoio do Diretor Nacional, Superintendente-Chefe Luís Farinha, e a continuidade concedida ao projeto pelo atual Diretor Nacional, Superintendente-Chefe Manuel Magina da Silva.

Note-se que, quando assumi este projeto e celebramos o acordo com a NOVA FCSH, estava já em curso uma dinâmica associada à criação do MUP – Museu da Polícia. Ou seja, tal como tive oportunidade de conversar tantas vezes com o Superintendente-Chefe José Torres, havia uma

estratégia definida, compreendendo e cumprindo o propósito de encontrar uma colaboração no campo da investigação e da identificação e organização do património da PSP que apoiasse a concretização do MUP e contribuísse para a visão mais ampla da valorização e divulgação da história e do património da PSP.

Quais são as grandes áreas e objetivos deste projeto?

O projeto tem evoluído ao longo dos anos, incluindo as seguintes áreas:

I. a identificação e organização, preservação, estudo, divulgação e valorização do património histórico da PSP;

II. a promoção do estudo, da investigação e do aprofundamento e disseminação do conhecimento sobre a história da PSP, considerando o contexto nacional e internacional em que se insere;

III. a dinamização de iniciativas e a realização de actividades científicas e culturais, incluindo a elaboração de estudos históricos e acções de divulgação, junto da comunidade científica e do público em geral sobre a história da PSP no quadro mais vasto da história nacional e internacional;

IV. a definição de conteúdos, apoio e acompanhamento da instalação do MUP.

Tudo isso acompanhado da construção de uma plataforma digital, um portal, que permita disponibilizar os recursos reunidos em matéria de organização de fontes primárias e secundárias (documentos, fotografias... pertencentes à PSP), publicar e disseminar de forma organizada e acessível os conteúdos recolhidos e elaborados sobre a história e o património da PSP, criar um espaço colaborativo aberto à comunidade.

Tendo em conta esses objetivos, calculamos que tenha sido necessário constituir uma equipa com investigadores de diferentes perfis...

Como comecei por referir, seria impossível realizar este projeto sem reunir uma equipa adequada, compreendendo as diversas dimensões de

atuação do projeto, em particular a área da investigação, das ciências documentais – arquivo e biblioteca, do património em geral e em especial o respeitante à organização e classificação das coleções da PSP. Note-se que, embora genericamente bem preservado, o património documental ou de objetos da PSP não estava identificado ou organizado. Foi preciso definir metodologias, fazer opções e começar do zero. Sem a equipa que tenho tido o privilégio de acompanhar nada disso seria possível.

“ ..., seria impossível realizar este projeto sem reunir uma equipa adequada, compreendendo as diversas dimensões de atuação do projeto, em particular a área da investigação, das ciências documentais – arquivo e biblioteca, do património em geral e em especial o respeitante à organização e classificação das coleções da PSP.”

Devo distinguir o papel determinante que o Prof. Pedro Marques Gomes tem desempenhado, acompanhando a coordenação do projeto e como investigador, e a coordenação da componente relativa ao património documental assumida pela Dra. Paula Meireles.

Já referi a adequação das condições proporcionadas pela PSP à realização deste projeto, significando, entre outros aspetos, a possibilidade de contratar investigadores, destacando para além do próprio Pedro Marques Gomes, o Adolfo Cueto-Rodríguez e o Pedro Urbano, tendo tido ainda a participação da Ana Sofia Ferreira.

Temos contado também com especialistas de enorme competência nas áreas das ciências documentais, como a Cláudia Filipe e a Raquel Ascensão e, ainda, no plano da classificação de objetos com a participação da Rita Guerra.

Em suma, uma equipa de ‘luxo’, sem a qual nada disto poderia acontecer, agregando investi-





Fotografia cedida pelo Arquivo Municipal de Lisboa

UMA POLÍCIA COM HISTÓRIA

Entrevista

gadores e especialistas com grande competência e com o empenho e o entusiasmo que os desafios e o interesse que o projeto suscitam.

Devo ainda assinalar a colaboração de várias pessoas da PSP que têm acompanhado o desenvolvimento do projeto, que completam e ampliam de forma determinante a equipa. Entre todos cumpre referir o Subintendente Eduardo Alberto, que inicialmente fez a ligação conosco e o MUP, e a Dra. Michele Soares, que nos dois últimos anos nos tem acompanhado a par e passo. Na prática, portanto, uma grande equipa!

Depois de percorrerem todos os Comandos da PSP, a nível nacional, é já possível fazer algumas considerações sobre o valor histórico e patrimonial do espólio da PSP?

Sim, sem dúvida. O património material e imaterial que temos identificado e estudado é de grande importância para a história da polícia e de inquestionável relevância no contexto da história de Portugal contemporâneo.

O conjunto da documentação e das coleções é impressionante, refletindo a história e a presença à escala do território de uma instituição de relevo nacional. Evidentemente que muita coisa se foi perdendo ao longo dos anos, mas resulta claro o valor histórico e patrimonial do que persiste e que, em breve, uma vez tratado, organizado e colocado à disposição da sociedade vai seguramente impressionar e constituir um recurso muito importante para a história da PSP e do país.

Organizar e tratar todo o espólio documental e o património móvel da PSP, é, na verdade, uma tarefa bastante ambiciosa. Acredita que só assim será possível fazer uma história da instituição?

Tem sido muito exigente, o que é muito bom, na medida em que significa a existência de um património assinalável. Seria muito difícil fazer a história da PSP sem dispor desse património. Note-se, porém, que para tanto é preciso identificá-lo como tal, organizá-lo, tratá-lo, classificá-lo,

caracterizá-lo, por forma a que realmente possa ser compreendido e estudado como fonte. A sua extensão e amplitude são muito significativas, refletindo um período de história longo e abrangendo todo o território nacional.

Por outro lado, no que respeita à história da instituição, a investigação realizada e em curso, é muito mais ampla! Têm-se percorrido muitos outros arquivos e bibliotecas, pesquisando, reunindo informação, fazendo investigação. A história da PSP não se esgota no universo da PSP.

Ao mesmo tempo estão também a fazer a história do país?

Não diria exatamente a história do país, mas sem dúvida que o seu estudo é fundamental para aprofundar o conhecimento da história de Portugal contemporâneo, da mesma maneira que não é possível compreender a história da PSP sem a integrar e contextualizar na história do país, acompanhando o seu percurso e dinâmicas no plano político, económico, social.

“Seria muito difícil fazer a história da PSP sem dispor desse património. Note-se, porém, que para tanto é preciso identificá-lo como tal, organizá-lo, tratá-lo, classificá-lo, caracterizá-lo, por forma a que realmente possa ser compreendido e estudado como fonte.”

Por isso é tão importante a preservação dos arquivos pelas instituições, não é verdade?

A preservação do património e em particular do arquivo documental de uma instituição, sobretudo da natureza, singularidade e significado nacional como a PSP, é essencial para o conhecimento e valorização da sua história, da sua identidade. Cuidar desse património é de elementar responsabilidade para com a instituição e o país.



Agentes da PSP de Macau (década de 1940) - Arquivo da Polícia de Segurança Pública

Um património que, no fundo, depois será disponibilizado à sociedade e a todos os investigadores que o queiram consultar e estudar?

Com certeza. Tudo o que temos feito e a metodologia prosseguida perspetiva precisamente que os resultados do estudo, da investigação, da classificação do património, sejam disponibilizados à sociedade. Estamos já a fazê-lo parcialmente através dos encontros, congressos e publicações realizados. Em breve, divulgaremos muito mais, nomeadamente inventários e guias do acervo documental e das coleções. Uma vez organizado torna-se possível abrir o arquivo à consulta. Por outro lado, o portal que estamos a preparar disponibilizará os resultados da própria

investigação. Além disso, como sabido, o Museu da PSP constituirá um espaço dedicado precisamente a apresentar, partilhar, divulgar a história e o património da PSP.

Como está a decorrer esse processo de musealização do património e da história da PSP?

Está a correr muito bem. Na verdade, só recentemente assumimos uma contribuição mais direta e consequente para a concretização do MUP. Nesta fase, o essencial do projeto está definido, quer em termos de conteúdo quer no que respeita à componente física. Acredito que em breve as obras terão início e que dentro do calendário previsto se poderá abrir ao público.

UMA POLÍCIA COM HISTÓRIA

Entrevista

Neste âmbito, têm também levado a cabo continuamente uma recolha de testemunhos de elementos da PSP aposentados. A recolha de memórias é essencial para esta história da PSP?

É muito importante. A realização de entrevistas orais é uma componente muito importante para fazermos a história da PSP. Independentemente da documentação de que possamos dispor e da investigação que possamos realizar a partir de outras fontes, os testemunhos orais têm um papel muito importante, que nos permite conhecer diversas dimensões. Importa recolher esses testemunhos, não apenas de elementos da PSP aposentados, também de muitos outros que estejam ainda no ativo e de outras pessoas que não pertencem à PSP e cujo testemunho é relevante para conhecermos esta história, desde responsáveis políticos a familiares de elementos da PSP.

Qualquer pessoa que pertence à corporação pode partilhar o seu testemunho?

Claro que sim. Temos feito vários apelos nesse sentido. Sob a consigna Faça História Partilhando a Sua - temos convidado e procurado estimular a partilha de testemunhos que nos ajudem a

conhecer e contar a história da PSP. Existem muitas dimensões dessa história que, afinal e como ficou referido em cima, é também a história do nosso país que de outra forma não conseguiríamos conhecer. A história da PSP é também a história das pessoas que a compõem e/ou que de alguma forma lhe estão ligadas. Todas as histórias contam! Todos esses testemunhos são também partilhados e estão disponíveis através do portal Memória para Todos.

“A história da PSP é também a história das pessoas que a compõem e/ou que de alguma forma lhe estão ligadas.”

O objetivo é também a publicação de uma história da PSP. Neste campo, qual é a importância de ter à disposição a documentação inédita do arquivo?

Sim, está prevista entre outras publicações associadas ao projeto, uma história da PSP. Uma contribuição para um tema de grande amplitude



e complexidade que se irá conhecendo cada vez melhor e mais aprofundadamente à medida que outros investigadores se interessem pelo tema e lhe dediquem as suas investigações e publicações. Para tanto é fundamental ter acesso à documentação de arquivo da própria PSP, boa parte dela inédita e que, esperamos, em breve estará disponível para consulta por parte da comunidade académica e a sociedade em geral.

No ano passado, publicaram um primeiro livro: Polícia(s) e Segurança Pública: História e Perspetivas Contemporâneas. Ali apresentam já contributos para essa história da polícia, mas também outro tipo de reflexões, reunindo uma série de autores. Insere-se nesse debate mais alargado que procuram realizar sobre Polícias?

Exatamente. Importa que a história da PSP se faça também conhecendo as outras polícias e ainda numa perspetiva comparada. É o que temos procurado realizar quer através dos contactos e investigações junto de outras polícias quer promovendo o debate e a reflexão com colegas nacionais e estrangeiros.

Têm também realizado congressos sobre história das polícias. Um primeiro, em 2019, no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, um segundo, no ano passado, em conjunto com a Universidad Complutense de Madrid, e, este ano, estão já a organizar outro sobre “Polícia(s) e Sociedade”, que terá lugar em novembro, na NOVA-FCSH. Como têm decorrido estes congressos?

Os congressos têm corrido muito bem! Uma vez mais resultando do trabalho da equipa, em particular do Pedro Marques Gomes e do Adolfo Cueto-Rodríguez, e da adoção de uma dinâmica de colaboração nacional e internacional. O interesse que têm suscitado, o acolhimento que têm recebido, as comunicações e participações que têm agregado, refletem bem a importância que esses congressos têm tido para o aprofundamento do conhecimento, a sua partilha e o debate que têm proporcionado. A qualidade e inovação

“...trabalharemos empenhadamente no sentido da abertura do MUP que constituirá um momento evidentemente muito importante no âmbito deste projeto.”

das comunicações e o interesse da comunidade são a expressão mais evidente do interesse destes encontros. Vamos continuar, claro, dedicando o próximo congresso ao tema “Polícia(s) e Sociedade”, acreditado que vai convocar várias participações a propósito de um eixo de investigação e reflexão tão significativo como este.

E que atividades têm planeadas para os próximos tempos?

Continuaremos o nosso programa de ação, no plano da investigação e da organização e estudo do património; queremos ampliar a recolha de testemunhos e dar expressão à divulgação de resultados. Vamos continuar a promover o debate e procuraremos dinamizar iniciativas destinadas a estimular o interesse e o envolvimento de mais investigadores para o estudo da história e do património da PSP. A par de tudo isso, trabalharemos empenhadamente no sentido da abertura do MUP que constituirá um momento evidentemente muito importante no âmbito deste projeto.

Deseja deixar algumas palavras à corporação, para concluir esta entrevista?

Sim. Agradecer a confiança, o apoio, a colaboração que nos têm concedido. Pedir que continuem a cuidar e preservar o património de uma instituição tão importante como a PSP e ... que façam parte deste projeto partilhando as vossas memórias e os vossos testemunhos.

Encontro marcado com a História A PSP e o 4 de fevereiro de 1961 em Luanda



Autor:

Adolfo Cueto-Rodríguez

Investigador do projeto "Polícia de Segurança Pública: História e Património"

História, Territórios e Comunidades – CFE NOVA-FCSH

No passado dia 4 de fevereiro assinalaram-se sessenta anos de um acontecimento marcante para a história de Portugal e de Angola, mas também dos outros países, que, entre 1974 e 1975, se tornaram independentes da soberania portuguesa. Os acontecimentos que ocorreram na madrugada daquele dia de 1961, em Luanda, são considerados a primeira manifestação de revolta pela emancipação política daquela colónia, e um aviso da guerra que viria a desencadear-se em 15 de março, prolongando-se até depois de 25 de Abril de 1974.

Trazemos esta efeméride à memória neste número da Revista da Polícia, não apenas pela sua importância histórica, mas também porque os agentes da Polícia de Segurança Pública tor-

naram-se protagonistas involuntários daquele acontecimento.

Ainda antes de se chegar à década de sessenta, a onda descolonizadora, que, desde o final da Segunda Guerra Mundial se estendera pelo sudeste asiático e o subcontinente índio, próximo-orientado e o norte de África, atravessou a fronteira do Saara. Já em 1957, os únicos estados independentes ao sul das dunas eram a Libéria e a Etiópia, juntamente com a África do Sul do Apartheid. Mas tudo isso estava prestes a mudar. Era sabido que os velhos impérios europeus também não conseguiriam resistir naquele continente à descolonização e o surto de independências chegou em 1960, ano em que nasceram dezassete novos países em África¹.

As consequências políticas e práticas das independências para os territórios colonizados por Portugal eram óbvias, e o governo de Lisboa não as ignorava. Os EUA e a URSS, as duas superpotências na época, eram favoráveis à descolonização, e nos foros mundiais o anticolonialismo era irresistível. Por outro lado, o governo de Salazar também sabia que nas colónias portuguesas havia organizações independentistas, que não tinham a mesma visibilidade que nos territórios vizinhos, pois não havia canais de participação política e porque eram perseguidas pela polícia política (PIDE).

Os avisos dos administradores civis e militares do Império chegavam a Lisboa com regularidade. Informavam sobre os abusos a que eram submetidas as populações locais e havia receio de que o exemplo dos países vizinhos atravessasse as fronteiras e animasse a revolta. Não se enganavam. O executivo português tomou algumas medidas, que, ainda assim, seriam manifestamente insuficientes para o que se avizinhava em território angolano.

“O que preocupava, no mais imediato, alguns responsáveis em Lisboa e os administradores de Angola eram os efeitos da independência do Congo belga...”

O que preocupava, no mais imediato, alguns responsáveis em Lisboa e os administradores de Angola eram os efeitos da independência do Congo belga (atual República Democrática do Congo), prevista para o último dia do mês de junho de 1960. Era um território vizinho e, desde que o governo belga anunciara a sua intenção de descolonizar, a instabilidade política instalara-se na colónia, ao ponto de as autoridades de Bruxelas acederem a reduzir o prazo para a transferência de poderes para seis meses.²

É precisamente perante esta precipitação de acontecimentos no Congo que o governo português decide enviar a Angola uma unidade da Polícia de Segurança Pública, composta, apressadamente, por voluntários de vários comandos da então metrópole. O modelo foi o da 1ª Com-

panhia Móvel (CM) da PSP, antecessora do atual Corpo de Intervenção. Esta unidade devia ser uma força com treino, equipamentos e doutrina operativa especiais, capaz de intervir em qualquer ponto do país para prevenir ou eliminar desordens³. Longe de possuir aquelas valências, o pessoal que se ofereceu de forma voluntária para reforçar urgentemente os efetivos da Polícia de Segurança Pública de Angola (PSPA) não dispôs de muito tempo para se preparar.

O primeiro contingente formado por 70 homens partiu de Lisboa com destino a Luanda, por via aérea, no dia 27 de junho. Na sua partida estiveram presentes o ministro do Interior e o Comandante-Geral da PSP, o que revelava a importância dada à operação. Na capital angolana, onde aterraram no dia seguinte, aguardava-os o chefe das forças militares da colónia, o general Monteiro Libório, e os mais altos responsáveis da PSPA. Os restantes voluntários que integravam a Companhia chegaram a Luanda nos dois dias seguintes, também em aviões da TAP, perfazendo um total de 210 homens⁴. Chegaram no limiar da proclamação da independência do Congo.

À frente da unidade encontrava-se o capitão Nuno Caldas Franco Duarte, secundado pelo comissário José de Almeida, três chefes de esquadra e 29 subchefes. Iriam reforçar as forças locais, embora sem enquadramento orgânico legal, pois a 2ª Companhia Móvel, como tal, só seria aprovada em meados de julho, quando uma parte do contingente já estava instalado na 4ª Esquadra de Luanda e o resto estava destacado na fronteira norte⁵. Estava previsto que esta CM e os seus integrantes permanecessem em Angola dois anos em comissão ordinária de serviço.

A situação no Congo, que rapidamente derivou em guerra civil, provocou a chegada a Angola de muitos refugiados. As autoridades portuguesas receavam que entrassem também agitadores entre eles. A situação era complexa e, em dezembro, complicou-se ainda mais, quando a Organização das Nações Unidas instou Portugal a proceder à autodeterminação das colónias. E, se 1960 acabara mal, 1961 não começaria melhor. Em janeiro rebentou a revolta dos cultivado-

UMA POLÍCIA COM HISTÓRIA

res de algodão na Baixa de Cassange, ao Leste de Luanda, alastrando-se durante semanas. Rebelaram-se contra os abusos laborais e a cumplicidade da administração colonial⁶. A repressão causou centenas, talvez milhares de mortos. As diferentes fontes divergem nos números. Era, demonstrativo da tensão que se vivia no território.

“...um grupo de cerca de 150 nacionalistas angolanos, aparentemente animados pelo cónego Manuel das Neves, preparou e perpetrou, na madrugada do dia 4 de fevereiro, o assalto quase simultâneo a vários pontos estratégicos na cidade de Luanda.”

Foi neste contexto que um grupo de cerca de 150 nacionalistas angolanos, aparentemente animados pelo cónego Manuel das Neves, preparou e perpetrou, na madrugada do dia 4 de fevereiro, o assalto quase simultâneo a vários pontos estratégicos na cidade de Luanda. Os líderes do grupo iam munidos de armas de fogo, mas a maioria levava machados. A intenção era demonstrar ao governo português e ao mundo o desejo do povo angolano de independência e a libertação dos presos políticos. Apesar de alguns dos integrantes dos vários grupos pertencerem ou relacionarem-se com algumas organizações partidárias, não se pode, em rigor, atribuir diretamente o ato à União das Populações de Angola (UPA) e é difícil aceitar a autoria intelectual do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA).

Segundo o relato reconstruído minuciosamente por Dalila Cabrita Mateus e Álvaro Mateus, na obra *Angola 61: Guerra Colonial: Causas e Consequências. O 4 de Fevereiro e o 15 de Março*, um primeiro grupo de revoltosos dirigiu-se, às duas da manhã, à Casa de Reclusão militar. Quando se encontrava próximo foi intercetado por uma patrulha da PSPA, composta por três guardas brancos e um civil africano.

No confronto, os ocupantes da viatura foram mortos à catanada. Já na Casa de Reclusão o grupo deparou-se com a porta fechada e dois sentinelas africanos, que, perante o tamanho do

grupo, tentou fugir para dar a voz de alarme. Os assaltantes pularam o muro e no interior defrontaram-se com mais dois sentinelas à porta da sala de armas, um africano e outro branco, que, de imediato, dispararam. Foram alvejados o segundo sentinela e um dos atacantes. O barulho acordou a guarnição que rapidamente saiu ao encontro dos invasores, com rajadas de metralhadora. O grupo dispersou-se, ficando um integrante morto e dois feridos. Os fugitivos foram identificados pelas ruas da cidade e atacados por civis, dando origem a mais feridos⁷.

O segundo grupo, de cerca de 30 indivíduos, tentou atacar a cadeia da PIDE, mas encontrou-a fechada e, não conseguindo derrubar o portão, dirigiu-se à Cadeia da Administração de São Paulo. O acesso estava aberto e ali mataram com armas brancas um guarda e deixaram gravemente ferido um «sipaio». Acabaram por fugir perante os disparos. O líder do grupo, José António dos Santos, foi detido pela PSP⁸.

Um terceiro grupo, que se deslocava aos Correios, foi intercetado por uma patrulha da PSP. Ignorando as ordens de detenção, a polícia abriu fogo, atingindo Virgílio Francisco, que estava a liderar os atacantes. Neste embate também perderam a vida dois guardas da Companhia Móvel.⁹

Eram 27 os elementos da equipa que tinha por missão o assalto à 7ª Esquadra da PSP, situada na estrada de Catete. Existia ali um depósito de armas e havia presos à ordem da PIDE. Foram recebidos a tiro, fazendo catorze vítimas mortais entre os nacionalistas. O chefe da Esquadra e um primeiro subchefe foram feridos, mas sobreviveram.¹⁰

Por outro lado, o grupo do Aeroporto não chegou a atacar o edifício (pretendiam queimar aviões), pois, perante os tiros que ouviram, acabaram por fugir.¹¹

Outras fontes incluem a 4ª Esquadra de Polícia entre os alvos de ataque, que, como se sabe, era onde se encontrava parte da Companhia Móvel da PSP, a Emissora oficial e ainda outras instalações¹².

O *Diário Popular* do dia 4 de fevereiro noticiou os incidentes. Relacionava-os com um outro episódio que tinha acontecido dias antes, a milhares de quilómetros de Angola: o assalto e sequestro do paquete português Santa Maria, nas Caraí-

bas, por integrantes do Directório Revolucionário Ibérico de Libertação (DRIL), uma organização de opositores portugueses e espanhóis às ditaduras de Salazar e Franco, liderada por Henrique Galvão [Operação Dulcineia – 22 de janeiro a 2 de fevereiro de 1961]. Esta relação devia-se às notícias que corriam de que o navio sequestrado se dirigia a Angola para iniciar um levantamento contra as ditaduras ibéricas, o que não passou de um simples boato, pois ancorou em Recife (Brasil) no dia 2. Era, no entanto, ainda plausível pensar que o ocorrido pudesse ser obra de cúmplices de Galvão, que o esperariam em Luanda¹³.

Segundo o mesmo jornal, os incidentes tinham pouca relevância e boa parte da população nem deles se tinha apercebido. Contudo, e à falta de confirmação, noticiava a morte de 7 agentes das forças da Ordem, e adiantava que havia mortos e feridos entre os atacantes em número ainda por apurar.

O *Diário de Lisboa* do dia seguinte (5) retomava o assunto, atribuindo a autoria dos incidentes a «estrangeiros», para afastar convenientemente a hipótese de os atos terem sido executados por alguma organização política favorável à independência de Angola. Oficialmente o governo português negava que existisse esse desejo nas suas «províncias ultramarinas». Era essa a versão veiculada na imprensa, sujeita, claro, a um regime de censura.

Este jornal contabilizava pelo menos nove mortos entre os assaltantes e salientava a hospitalização do chefe Manuel das Neves, do subchefe Manuel Vieira Pinto e do guarda Cândido Barbosa dos Reis. Entre os agentes mortos contavam-se o guarda Mário Pires Salgueiro, o 1.º cabo Joaquim Oliveira e Silva e os agentes da Companhia Móvel da PSP: Fernando Jaime de Oliveira Madeira, Manuel Brás Ferreira, José Marques, Joaquim Baptista e Nuno Augusto Ferreira Mendes¹⁴. Esta lista foi, aliás, confirmada pela PSP em 1982.¹⁵

Assim, entre as forças de segurança contaram-se sete mortos nos conflitos de dia 4 de fevereiro, dos quais cinco pertenciam à Companhia Móvel e dois à PSPA, assim como múltiplos feridos.

O número de mortos e feridos entre os assaltantes é ainda hoje difícil de precisar. O então ministro dos Negócios Estrangeiros, Alberto Franco No-

gueira, refere 17 vítimas mortais¹⁶. As fontes africanas elevam muito os números nesse dia, referindo-se a 534 mortos, 672 feridos e 950 presos.¹⁷

Estos fatos afetaram gravemente o convívio interétnico na capital angolana e colocaram de prevenção as polícias em Angola, que logo foram militarizadas¹⁸. No dia 6, em pleno funeral dos guardas mortos, registaram-se incidentes interétnicos com tiros e mortos¹⁹.

Os dados estavam lançados e os preparativos para o eclodir da guerra na colónia estavam em andamento no quartel geral da UPA. O 15 de março mudaria a história do Império português em África e a PSP voltaria a ser chamada a servir nesse novo contexto. Uma história que está ainda por contar.

Referências:

1. GRIMAL, Henri: *Historia de las descolonizaciones del Siglo XX*. Madrid: IEPALA Editorial, 1989.
2. KI-ZERBO, Joseph: *Historia da África Negra*, vol II. [s.l.], Publicações Europa-América, [1979-82], pp. 231-240.
3. Decreto nº 42.908 – *Diário do Governo*, 08/04/1960.
4. «Companhia Móvel da PSP em Angola: breve memória descritiva». *Polícia Portuguesa. Revista Ilustrada* nº 141 (Setembro-Outubro de 1960), pp. 22-23.
5. Decreto nº 43.080 – *Diário do Governo*, 19/07/1960.
6. «Terror e saberes coloniais: Os incidentes na Baixa de Cassange». CURTO, Diogo Ramada (dir.); CRUZ, Bernardo Pinto da e FURTADO, Teresa: *Políticas coloniais em tempo de revoltas: Angola circa 1961*. Porto, Afrontamento, 2016, pp. 151-188.
7. MATEUS, Dalila Cabrita e MATEUS, Álvaro: *Angola 61: Guerra Colonial: Causas e Consequências. O 4 de fevereiro e o 15 de Março*. Alfragide, Texto, 2011, pp. 92-94.
8. *Ibidem*, pp. 93.
9. *Idem*.
10. *Ibidem*, pp. 94.
11. *Idem*.
12. SILVEIRA, Maria Anabela: *Dos nacionalismos à guerra: os movimentos de libertação angolanos - 1945/1965*. Tese de Doutoramento da Universidade do Porto, 2011, p. 200.
13. *Diário Popular* de 4 de fevereiro de 1961.
14. *Diário de Lisboa* de 5 de fevereiro de 1961.
15. «Relação dos Agentes Falecidos no Ultramar» - Comando-Geral da Polícia de Segurança Pública, Lisboa, 3 de Agosto de 1982. Arquivo da PSP.
16. Cf. SILVEIRA, Maria Anabela: *Ob. Cit.*, 2011, p. 202.
17. *Idem*.
18. GOMES, César: *Angola: o 4 de Fevereiro em Luanda e outras memórias*. Lisboa, Colibri, 2017.
19. *Idem*.

Documentos com História

O contexto social e político nas provas escritas de admissão à PSP: décadas de 30 a 60 do século XX

Autoras:

Cláudia Filipe e Raquel Ascensão

Investigadoras do projeto “Polícia de Segurança Pública: História e Património”

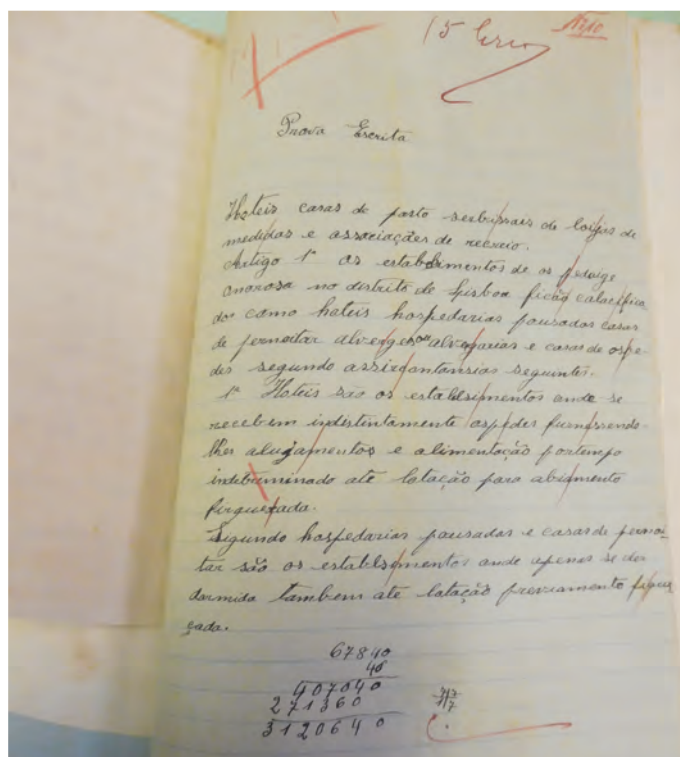
História, Territórios e Comunidades – CFE NOVA-FCSH

Integradas nos “Processos individuais do efetivo do arquivo da Polícia de Segurança Pública”, chegaram até nós as provas escritas do exame de admissão dos guardas da PSP de Lisboa realizados ao longo das décadas de 30 a 60 do século XX. Numa época em que o analfabetismo era dominante em Portugal, a admissão à Polícia de Segurança Pública exigia um nível mínimo de literacia. Em 1930, período mais recuado a que estes exames se reportam, apenas 49% dos homens e 26% das mulheres em Portugal sabiam ler (Ramos, 1994).

Desde a criação da Polícia Civil em Lisboa e no Porto que os sucessivos regulamentos de 1867, 1876, 1898 e 1911, previam que, para a admissão à polícia, além das condições de saúde e provas físicas, os candidatos soubessem ler, escrever e contar. Para o comprovar deviam prestar prova escrita, a incluir no processo de admissão, do qual constavam ainda o boletim de recrutamento, requerimento de admissão, declaração de candidatura, certificados do registo criminal e policial, atestados de comportamento moral e civil e de acatamento às instituições republicanas e, mais tarde, já no Estado Novo, fotografia e registo de informação política da PVDE – Polícia de Vigilância e Defesa do Estado.

As provas de admissão dos anos 30 consistiam em exercícios de aritmética e ditados, versando as posturas policiais, os regulamentos e o código civil em vigor, nomeadamente, os textos: Toque de sinos, Ordem e sossego público, Fogos de artifício, Queixas e denúncias, Abuso de autoridade, Regulamento dos teatros e do contrato de prestação de serviços. Pelas matérias, que incidem no desempenho quotidiano dos polícias, depreende-se a relevância atribuída às questões técnicas policiais.

A partir dos anos 40 regista-se uma maior exigência na correção das provas, avaliando, além das contas e da ortografia, a correção da ca-



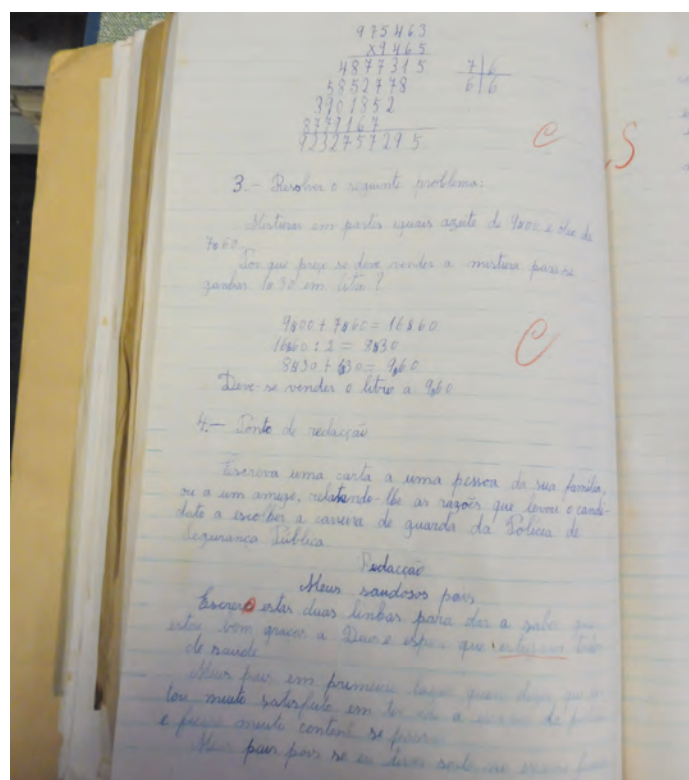
Prova escrita de admissão à PSP, 1931. Arquivo da Polícia de Segurança Pública.

ligrafia e da leitura, em concordância com algumas medidas de escolarização impulsionadas pela I República e pelo Estado Novo. É sabido, porém, como as taxas de analfabetismo se mantiveram elevadas durante a maior parte do século XX. Na verdade, em 1970, poucos anos antes da Revolução que derrubou o Estado Novo e instaurou a Democracia em Portugal, 53,3% da população com mais de 60 anos não sabia ler (Ferreira, 1994).

Aos candidatos a integrar as fileiras da PSP era exigida uma escolaridade formal, em conformidade com o estipulado no regulamento de 1954, que determinava como habilitação mínima para o alistamento dos agentes de polícia a 4ª classe ou o 4º grupo.

Quanto aos conteúdos das provas, estes alteraram-se com o Estado Novo, refletindo a matriz nacionalista preconizada pelo regime. Durante as décadas de 40 a 60 encontramos temas referentes à história, cultura e geografia de Portugal, exaltação nacional e valores cristãos. A partir dos anos 50, são introduzidos ditados sobre as colónias e contos tradicionais e as provas de admissão passam a incluir uma redação sobre temas diversos, entre eles, uma carta dirigida à família com os motivos da candidatura à PSP.

Da leitura das redações dos candidatos, percebe-se que o principal motivo para ingressar na polícia é a expectativa de melhoria das condições de vida, por oposição ao trabalho rural: “para ter um emprego certo, e para me desviar de andar na terra a trabalhar no campo, que uns dias á trabalho e outros não á e não se ganha o suficiente para sustentar a família” (1957); “é que a vida aí na terra é como tu sabes; vive-se um pouco arrastado porque assim a terra o permite e eu queria ver se melhorava um pouco a minha vida, afim de não viver tão pobre como tenho vivido até aqui” (1957); “sempre é um emprego bom e mais tarde terei uma reforma e sempre poderei viver mais descansado” (1959).



Prova escrita de admissão à PSP, 1959. Arquivo da Polícia de Segurança Pública.

Encontramos nestas redações dos aspirantes a polícias, as evidências do contexto socioeconómico português de boa parte do século XX, caracterizado pela prevalência de uma realidade rural, com uma economia atrasada, assente numa agricultura com baixos índices de produtividade.

Se, até à década de 60, o alistamento na polícia era apresentado como uma fuga às dificuldades da vida rural, a partir de então, encontram-se outros argumentos, inclusive o interesse em integrar a guerra colonial.

As provas de admissão dos candidatos a guardas, tal como outros documentos administrativos que foram conservados no arquivo da PSP ao longo dos anos, constituem uma fonte de informação de inestimável interesse, até pela caracterização social que proporciona. Através das competências literárias exigidas aos candidatos pelos sucessivos regulamentos da instituição e dos conteúdos das provas de admissão nas décadas de 30 a 60, podemos obter excertos de um retrato social, político e económico do país, marcado pela pobreza, baixos índices de alfabetização e forte presença ideológica do regime.

Referências:

- Arquivo da Polícia de Segurança Pública. Processos individuais dos funcionários
- Regulamento da polícia civil, de 14 de dezembro de 1867
- Regulamento dos corpos de polícia civil, de 30 de dezembro de 1876
- Regulamento geral e disciplinar do corpo de polícia civil de Lisboa, de 8 de agosto de 1898
- Regulamento dos serviços policiais, de 29 de maio de 1911
- Regulamento da Polícia de Segurança Pública, de 26 de fevereiro de 1954
- História da I República, Coord. Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo, Tinta da China, 2009.
- Rollo, Maria Fernanda; Marques Gomes, Pedro e Cueto-Rodríguez, Adolfo (coords.): *Polícia(s) e Segurança Pública. História e Perspetivas Contemporâneas*.
- Ramos, Rui. *A segunda fundação (1890-1926)*, in *História de Portugal*, dir., José Mattoso, vol. 6. Lisboa: Círculo de leitores, 1994: p. 615
- Rosas, Fernando. *O Estado Novo (1926-1974)*, in *História de Portugal*, dir., José Mattoso, vol. 7. Lisboa: Círculo de leitores, 1994: p. 23.
- Ferreira, José M. *Portugal em Transe*, in *História de Portugal*, dir., José Mattoso, vol. 8. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994: p. 168.



Figura 1. Relógio de Ronda. Divisão de Trânsito - COMETLIS

Objetos com História

Relógio de ronda

Autor:

Rita Guerra

Investigadora do projeto "Polícia de Segurança Pública: História e Património"

Na Divisão de Trânsito do Comando Metropolitano de Lisboa da PSP (COMETLIS), guardado junto a outros objetos que outrora serviram a polícia, encontra-se um relógio muito peculiar, o relógio de ronda ou relógio de vigia noturno (figura 1). Trata-se de um relógio mecânico e portátil, com estojo de pele e uma fita para o colocar a tiracolo. Tem ainda um conjunto de chaves preso com um arame (figuras 2 a 5).

O relógio de ronda está, antes de mais, associado à ideia de giro. O giro era uma forma prioritária de atuação da polícia até meados do século XX. Isto mesmo é referido pelo historiador Gonçalo Gonçalves, relativamente à polícia portuguesa: "O principal serviço policial era o giro, ou patrulha, em que os agentes circulam apeados por itinerários mais ou menos estabelecidos pela organização" (Gonçalves, 2007, p.120). O historiador explica o motivo, afirmando que "[...] estava-se a criar uma lógica de promoção acti-

va da segurança pública. Em vez de reagir ao acontecimento, tentava-se prevenir esse mesmo acontecimento através da proximidade constante com a vida social" (*Idem*, p.57). Simultaneamente, surge a necessidade de controlar quem executava o giro, de garantir que o trabalho era feito rigorosamente, nascendo assim a ronda.

No caso da polícia portuguesa, o serviço de ronda é definido durante o Estado Novo. "O serviço de ronda é feito por comissários e graduados e destina-se a verificar se o pessoal em serviço cumpre as determinações aplicáveis." (Dec. nº. 39550, 1954, Art.86º). Assim, o chefe de ronda percorria os mesmos giros dos seus agentes, mas em sentido contrário e, quando se cruzavam, registava o número de matrícula do subalterno na "caderneta de giro" (figura 6). Esta rotina foi realizada pela polícia até aos anos 90, quando a patrulha adquiriu um perfil mais aleatório (Durrão, 2006, p. 98).

O relógio de ronda foi inventado precisamente para este fim. Era uma forma engenhosa de supervisionar o trabalho dos guardas ou vigias, sem necessidade da presença do supervisor, pois fornecia um registo exaustivo do momento em que o guarda ou vigia se encontrava em pontos específicos do percurso. Este registo simultâneo do “onde” e do “quando” permitia um controlo rigoroso do seu trabalho (Detex Corporation, 2018).

Embora se conheçam antecessores deste mecanismo desde o século XVII, considera-se que o primeiro relógio de ronda portátil foi inventado em 1855 por Johannes Bürk, na Alemanha (*Idem*). É no início do século XX, porém, que surgem os principais fabricantes de relógios de ronda na Europa e nos Estados Unidos da América, devido ao crescimento da indústria, dos centros urbanos e de uma maior necessidade de vigilância. É o caso de A.A. Newman, um fabricante que teve uma linha específica de relógios de ronda que perdurou quase 110 anos (*Idem*).

Em Portugal, o relógio de ronda terá sido usado por agentes policiais ou guardas noturnos (estes últimos sob tutela da PSP ou GNR) em situações

diversas. A história relatada por José Luís Nogueira (2021) testemunha o uso de relógios de ronda no país e, simultaneamente, descreve o seu funcionamento:

No final do século XIX, princípios do século XX, [...] a Casa da Ínsua possuía o seu próprio guarda-nocturno, a quem cabia essa função de vigilância e segurança. [...] Nas suas rondas, o guarda-nocturno levava consigo um cinto, munido de um relógio com um dispositivo especial. No seu interior, um mecanismo fazia rodar um rolo de papel numerado, que avançava cada centímetro em determinado período de tempo e que tinha de ser marcado em cada ponto de passagem do seu circuito prédefinido. [...] constituído por pontos de controlo com chaves de formas diferentes, colocadas em pontos nevrálgicos da quinta. Ao passar por cada um desses pontos, o guarda-nocturno tinha que introduzir essa chave específica no relógio que deixava uma impressão distinta no papel e, assim, comprovava que tinha passado por ali na hora que o relógio do cinto marcava na cinta de papel que ia rodando inextinguivelmente.



Figura 2. Relógio de ronda, sem o estojo



Figura 3. Relógio de ronda, mecanismo no interior

UMA POLÍCIA COM HISTÓRIA

Em suma, o relógio de ronda da Divisão de Trânsito do COMETLIS é, sem dúvida, um objeto singular, com valor histórico e técnico. É um objeto invulgar, pois são poucos os que subsistiram na instituição. Aliás, conhece-se apenas mais um exemplar no museu da Escola Prática da Polícia, em Torres Novas.

O seu interesse histórico é notório, existindo várias abordagens possíveis para estudar mais aprofundadamente este objeto, nomeadamente, por representar uma atividade de rotina do início do século XX e por refletir o controlo do trabalho, característico desse período. Além disso, é admirável o engenho do mecanismo que, associando chaves diferentes a locais diferentes, permitia registar simultaneamente o tempo e o espaço num pedaço de papel.

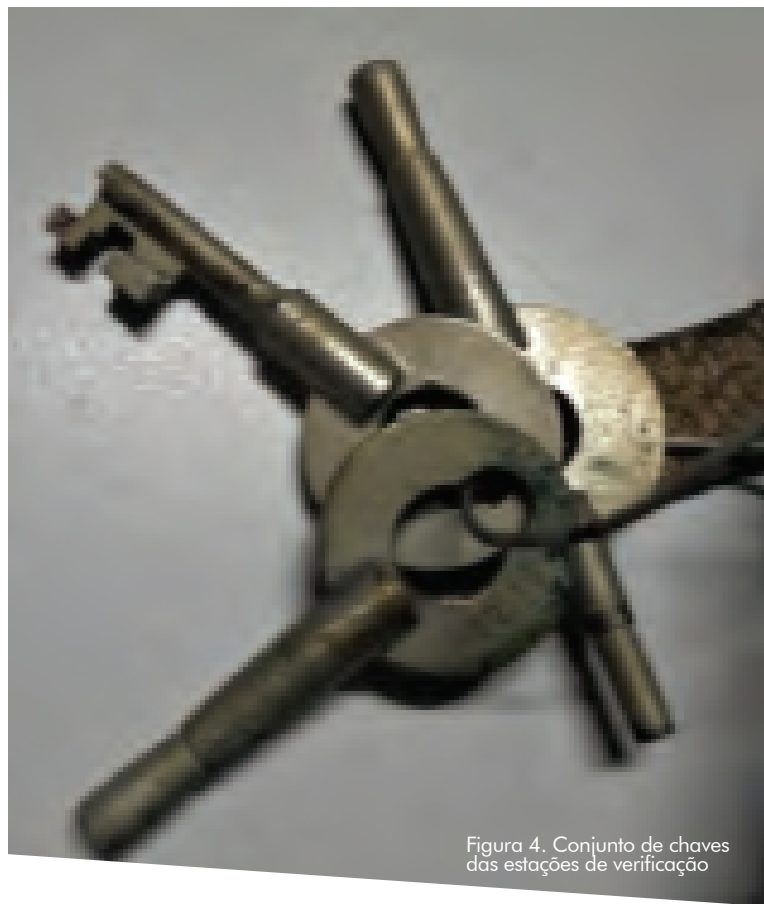


Figura 4. Conjunto de chaves das estações de verificação



Figura 5. Relógio de ronda, fita de tinta vermelha e azul no interior

MINISTÉRIO DO INTERIOR

Comando-Geral da Polícia de Segurança Pública

Decreto n.º 39 550

Regulamento da Polícia de Segurança Pública

SECÇÃO IV

Do serviço

SUBSECÇÃO I

Da classificação dos serviços

Art. 84.º Os serviços da Polícia de Segurança Pública são classificados em:

- a) Serviços ordinários;
- b) Serviços extraordinários;
- c) Serviços especiais.

Art. 85.º Os serviços ordinários são os seguintes:

- a) Ronda;
- b) Patrulha;
- c) Regularização e fiscalização do trânsito;
- d) Guarda;
- e) Piquete.

Art. 86.º O serviço de ronda é feito por comissários e graduados e destina-se a verificar se o pessoal em serviço cumpre as determinações aplicáveis.

§ 1.º A nomeação de comissários para ronda apenas se verificará nos comandos de Lisboa e Porto.

§ 2.º A nomeação dos graduados para serviço de ronda é feita por escala, mas os locais a rondar só serão conhecidos daqueles no início do serviço.

§ 3.º Quando o número de graduados não corresponder aos quartos de serviço, será determinado directamente pelo chefe de esquadra o respectivo horário, sem prejuízo das folgas regulamentares.

§ 4.º É obrigatória a apresentação nos comandos ou nas esquadras de uma «parte da ronda» da qual constem os locais e patrulhas que forem rondados e as ocorrências verificadas.

Art. 87.º O serviço de patrulha é feito pelos guardas, que deverão permanecer nos locais que lhes forem indicados, ou percorrer os giros que lhes forem determinados, durante as quatro horas de cada patrulha, executando, além do serviço de vigilância, qualquer outro especial que lhes seja designado pelos comandantes, e não retirando antes de serem rendidos, salvo o caso de lhes ser superiormente ordenado, na falta de substituto ou, ainda, em resultado de qualquer ocorrência, o que não impedirá a sua apresentação na esquadra.

Art. 88.º O serviço de regularização e fiscalização de trânsito é desempenhado por pessoal especializado e destina-se à regularização do trânsito de veículos e peões e à vigilância do cumprimento das disposições legais, à arrumação de viaturas e, eventualmente, à sua guarda.

Figura 6. Giro VIII

Tem início na Rua de Fantiscos, junto à Fábrica da Cortel, segue por aquela mencionada aréria, volta à esquerda para a Rua do Convento, até à Zona Industrial, retrocede, volta à direita na Rua da Bela, até ao largo do Grilo, volta à direita pela rua de Santo André que percorre até à última habitação sita do lado direito, retrocede e volta à direita junto à discoteca Pedra de Couto, seguindo pela Rua de Joaquim Oliveira Costa até à Avenida Luis Areal, volta à direita percorrendo esta até à Rua do Major de Dinis, volta à esquerda para a Urbanização do Juncal, Rua do Juncal, Rua Pedro Alvares Cabral e Rua do professor Torcato Portela até ao ponto de partida.

PONTOS SENSÍVEIS: ESCOLA PRIMÁRIA DA ERMIDA

Referências bibliográficas:

Decreto nº 39550 de 26 de fevereiro de 1954. *Diário do Governo*: I Série, Número 42 (1954).

DURÃO, S.S.B. (2006). *Patrulha e proximidade: uma etnografia da polícia de Lisboa*. Tese de doutoramento em Antropologia. Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Lisboa. 431 pp. [Em linha]. [Consult. 28-01-2021]

GONÇALVES, C.G.R. (2007). "A Construção de uma Polícia Urbana (Lisboa, 1890 – 1940). Institucionalização, Organização e Práticas". Tese de Mestrado e Sociologia. Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Lisboa. 160 pp. [Em linha]. [Consult. 27-01-2021]

NOGUEIRA, J.L. (2021). "Casa da Ínsua. A Ronda do Vigilante" [Edição em linha]. *Anuário Relógios & canetas*, janeiro 2021:22. [Consult. 27-01-2021]

The Detex Watchman's Clock Album. Detex Corporation. (2018). [Em linha]. [Consult. 28-01-2021]



A Missão

Autor:

Eduardo Pereira Correia

Professor no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna e Politólogo

Uma das obrigações éticas de um Professor que entenda a missão de mestre e siga deontologicamente uma escola que honre a academia é a de estar atento aos pequenos desígnios da vida quotidiana e daí conseguir retirar os mais importantes saberes para ajudar a cumprir a sua lição. Já a consequência de um cientista da política é a de, à visão anterior de um exame atento dos acontecimentos quotidianos, acrescer a necessidade de interpretação dos factos da vida da polis, do Estado e da causa pública, para a correta avaliação de uma doutrina do poder.

Neste sentido, não será surpreendente que, ainda no decorrer de uma transmissão pandémica que nos transforma a todos enquanto universo, tenhamos o espírito crítico de observar a missão que melhor nos representa enquanto indivíduos de uma sociedade comum. Se, em situações de normalidade, à polícia cabe o desenvolvimento de atividades de acordo com a política de segurança interna, nos casos de exceção as suas atribuições decorrem da legislação sobre defesa nacional, estado de sítio e estado de emergência. Contudo, não podemos considerar esta uma exceção. A atividade policial desenvolve-se na

constância da prerrogativa de atuar na raridade, no esporádico e na emergência. A ação policial deve orientar-se para a normalidade no caos, a tranquilidade na desordem, a segurança no conflito, sempre ao serviço das pessoas.

A ação policial deve orientar-se para a normalidade no caos, a tranquilidade na desordem, a segurança no conflito, sempre ao serviço das pessoas.

No século XXI, o cidadão ocupa, finalmente e por direito, o centro no sistema de segurança interna, seja através de uma política de proximidade, seja na assunção da importância da prevenção. A missão policial de ordem pública e de assegurar a legalidade democrática, garantindo a segurança interna e os direitos dos cidadãos, leva a que a Polícia de Segurança Pública adquira uma autêntica natureza de serviço público. Esta é a exigência maior do cidadão amante da liberdade e da democracia. A confiança depositada numa

instituição para a garantia da proteção, do socorro e auxílio dos seus cidadãos, da ajuda e da sua defesa e preservação em situações de perigo. Assim se define a lealdade da missão policial, uma missão fidedigna com um vasto património.

Em largos anos que atravessam a própria história da polícia em Portugal, são os seus valores que lhe subsistem e que irão caracterizar o seu corpo de polícia. Valores que se destacam enquanto princípios que guiam a vida de uma instituição, devendo perpetuarem-se no tempo para atenderem às necessidades de todos aqueles que constituem a organização. Mas o caminho também se deve fazer com uma visão moderna, arrojada e dualista. Na criação e desenvolvimento de uma organização, a visão deve constituir a imagem projetada no futuro, com respeito pelos valores mas no caminho em que se desenvolve um físico que deve ser entendido por todos. Será neste sentido que a Polícia de Segurança Pública se obriga a cumprir com mérito a sua missão.

Em mais de 150 anos de história e perante acontecimentos de emergência inesperados, a sua imagem passa incólume na manutenção da paz

em estados de exceção. Durante este período, a Polícia de Segurança Pública assegurou, com firmeza e eficácia, as suas funções caracterizadas em espírito de missão. Acresce que teve ainda de gerir as faltas, as deficiências, as condições, os défices e as deformações, sem que alguma mácula ou declamação se sobrepusesse, naquele momento certo, ao serviço pela pátria. Nos momentos mais difíceis, todos subimos ser Portugal, defendendo a legalidade democrática e garantindo os direitos dos cidadãos. Na prevenção da criminalidade, no ordenamento e na segurança, na investigação e nas restantes competências de proteção, a polícia esteve presente a velar pela garantia da tranquilidade pública. A natureza do serviço público impera na labuta diária de quem cumpre a hierarquia de comando, a hierarquia da função pública, mas sobretudo a hierarquia de servir o povo português. Sem layoffs, nem quarentenas ou confinamentos: presentes todos os dias.

Dizia-nos a ativista social norte-americana Helen Keller que a segurança é geralmente uma superstição, ela não existe na natureza. Contudo, ainda hoje confiamos a uma força policial



o temor da responsabilidade sobre a segurança coletiva de todos os cidadãos. Presentemente, a segurança configura ainda o primeiro e fim último do Estado moderno, porquanto se vê revestida de natureza litúrgica, no sentido de um ofício ou serviço público indispensável e obrigatório.

Todos devemos olhar para a missão que desenvolvemos diariamente ao serviço da Polícia de Segurança Pública. Naturalmente que será no cumprimento da ordem que se assume um estado de tranquilidade pública, em consonância com a liberdade e garantida por uma função de justiça que regula o Estado de Direito. Mas a nossa missão tem de aspirar ir mais longe.

Todos devemos olhar para a missão que desenvolvemos diariamente ao serviço da Polícia de Segurança Pública.

Comprovo-o, também, pela minha experiência pessoal quando cumpro dez anos enquanto professor do ensino policial universitário, ao serviço da formação daqueles que diariamente buscam o saber na astúcia da curiosidade. Numa instituição policial, a formação técnico-policial é preponderante mas deve estar a par da excelência humanista e da cultura política, permitindo um lugar de destaque cívico, ético e moral no exercício da função policial. A componente multidisciplinar tem de complementar a formação humana no relevo por uma mente culta e contemporânea. Pessoalmente, defendo que o papel diferenciador da polícia deve surgir enquanto uma academia de saberes a par da afirmação de uma escola de valores, uma vez que já possui, na sua função de investigação e de ensino, a formação de natureza universitária, com diversos e valiosos trabalhos de investigação já publicados, deixando uma marca nos estudos policiais e de segurança. O desenvolvimento raro e voluntário da ciência em ambiente de controlo coadjuva à proliferação natural do conhecimento e do prestígio. Devido à própria orgânica de co-

mando, a taxa de transmissão do conhecimento é elevada e inerente, o saber transmite-se rapidamente em equações de 1 para 10, de 10 para 100, e de 100 para 1000, infelizmente ainda assim mais lentamente do que qualquer desejável vírus da sabedoria. Se a atividade da academia de polícia desenvolve um ser humano superior, com mérito e validade, onde a sua ação se torna um exemplo para os demais, então a missão do professor não pode ser diferente.

Enquanto sociedade, a reflexão que todos devemos desenvolver é na necessidade de desafiar os outros a se melhorarem pessoal e profissionalmente. A cada dia devemos promover o conhecimento, o imperativo bom senso, o desenvolvimento de alianças por forma a criar um ambiente favorável para o exercício do pensamento. Um aluno é um ser que se encontra em processo, devendo ser desafiado, inspirado e estimulado a tomar boas opções: o respeito pelos outros, o equilíbrio na decisão, a construção de uma sociedade. O professor deve ser o veículo de ações que influenciem a vida futura dos que com ele aprendem e, enquanto agente transformador e aglutinador da sociedade, a sua formação deve desenvolver-se de forma integral deixando marcas para o futuro.

No final, todos os alunos recordam-se do professor, daquele professor que, de forma muito especial, marcou o seu percurso.

No final, todos os alunos recordam-se do professor, daquele professor que, de forma muito especial, marcou o seu percurso. É comum deixar um traço na personalidade que se está a formar, na visão distinta do pensamento dominante ou, na maioria das vezes, na observação singela que contribuiu para a sua formação ao longo da vida. Com maiores ou menores dificuldades, há um país que espera, todos os dias, que influencemos positivamente a alma de alguém.

Com maiores ou menores dificuldades, há um país que espera, todos os dias, que influenciemos positivamente a alma de alguém.

Com paciência, Aristóteles explicava o mesmo princípio na obra *Ética a Nicómaco* defendendo a importância da educação enquanto bons hábitos, explanando que se o homem tiver sido bem educado possui diversos pontos de partida ou poderá adquiri-los com facilidade, ajudando-o futuramente. Numa era moderna de forte presença digital, esta deve constituir uma das mais importantes missões. O conhecimento tem um forte risco de contágio, é o orgulho na cultura e educação de aperfeiçoamento permanente.

O conhecimento tem um forte risco de contágio, é o orgulho na cultura e educação de aperfeiçoamento permanente.

Foi assim no decorrer do estado de exceção, o país parava e fechava-se mas, um pouco por todo o lado, os livros abriam-se, muitos digitalmente. As dúvidas e desconfianças colocavam em causa as firmes convicções, era o desconhecido que nos assolava a todos. No momento difícil de legislação diária, avulsa e conjuntural de emergência, todos souberam estudar e colocar em prática o efetivo controlo da lei respeitando o nosso modo de vida democrático. Compensaram as constantes motivações para a busca do saber livre, não condicionado, as orientações que não permitiram a cristalização do pensamento.

Este é mérito da instituição e daqueles que fazem parte do seu corpo. São os atos daqueles que todos os dias continuam a dar o seu melhor e

que primeiro caracterizam a polícia. Não é mérito governamental, nem das chefias, nem dos orçamentos ou dos meios, este é exclusivamente mérito pessoal, de cada um que serve com orgulho uma das instituições maiores de Portugal. Seja nas ruas em patrulhas diárias, na cooperação internacional, nas escolas, a aprender e a formar, agentes, chefes, cadetes, oficiais, a servir nas messes, na gestão e administração operacional, nas escalas de serviço ou de plantão, na investigação e na manutenção diária, todo o serviço foi de enorme destaque para a magistral missão da Polícia de Segurança Pública durante o corrente ano.

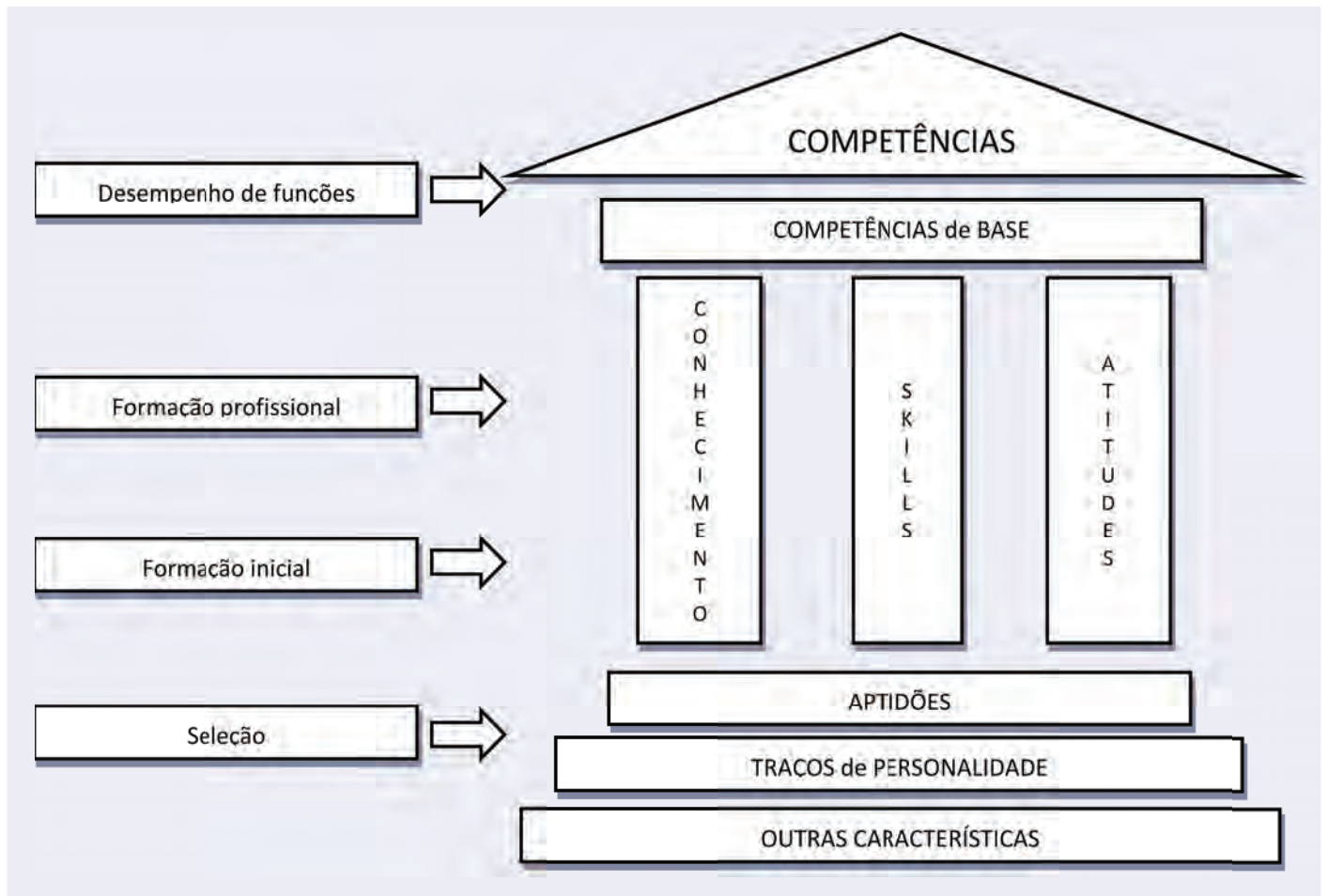
Nos futuros livros de história e política muito se escreverá sobre o vírus, a epidemia e depois pandemia, a doença, as vagas, a economia e a crise, sobre os mortos e até sobre os que lhe conseguiram sobreviver. Seguir-se-ão diversas homenagens, lutos e feriados, nacionais e internacionais, até monumentos que celebrem os apressados e repetidos atos públicos aos profissionais da nação.

Estas ficarão aqui retratadas para relembrar a todos esta mui atual e nobre missão.

A missão da Polícia de Portugal.

O perfil de competências de base emocional dos investigadores criminais da PSP

Autor:
Superintendente Rui Moura
Comandante Distrital da PSP de Coimbra



A competência é um conceito central na gestão de pessoas, pois oferece a possibilidade de ser a referência estratégica em torno da qual todas as práticas de recursos humanos podem ser articuladas. Os modelos e perfis de competência existentes têm sido desenvolvidos através da integração da literatura, mas ainda não integram bem o papel que as emoções desempenham nas organizações.

Com a colaboração do efetivo do Sistema de Investigação Criminal da PSP efetuou-se uma investigação que pretendeu explorar os modelos de competências com base em emoções, con-

centrando-se numa profissão emocionalmente exigente: a do investigador criminal, articulando com o recrutamento e seleção, bem como com a formação inicial.

Depois de caracterizar o contexto institucional em que trabalham os investigadores criminais da PSP, exploraram-se o recrutamento e seleção de polícias bem como as práticas de formação inicial nas forças de segurança europeias, focando quer oficiais quer agentes. Os resultados mostraram divergências entre forças de segurança e entre as duas carreiras, não tendo sido possível identificar qualquer padrão emergente.

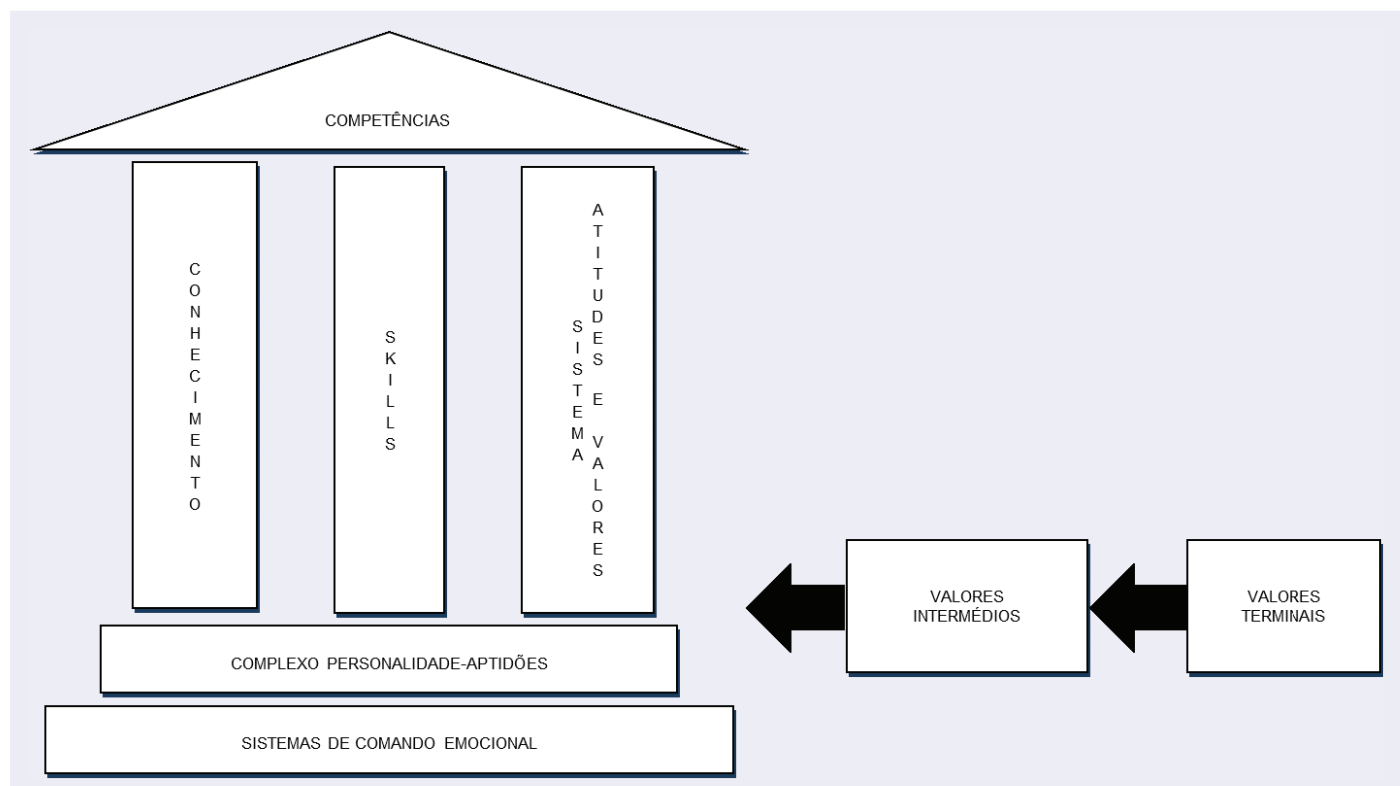
Efetou-se uma investigação que pretendeu explorar os modelos de competências com base em emoções, concentrando-se numa profissão emocionalmente exigente: a do investigador criminal, articulando com o recrutamento e seleção, bem como com a formação inicial.

Adicionalmente, não foram identificadas práticas de base emocional.

A investigação evoluiu para a exploração do mapeamento das emoções numa perspetiva do desempenho, condicionando todo o modelo de construção de competências proposto em 2005 por Bartram e Roe (Figura 1, adaptado).

Com uma amostra de 703 questionários, preenchidos por investigadores criminais da PSP, recolhemos dados sobre comandos emocionais, personalidade, aptidões, conhecimentos, habilidades (skills), atitudes e valores para testar um conjunto sequencial de relações entre estes conceitos. Os resultados de análises de equações estruturais mostram fluxos de associações que ligam os sistemas de comando emocional a competências específicas, moderados num determinado interface pelos valores.

O modelo resultante (Figura 2) incorporou quer competências quer emoções (na camada basilar), seguindo uma metodologia de modelação em interfaces, o que lhe conferiu uma composição e relação diferentes entre os interfaces. Os resultados sugerem a possibilidade de estruturar um modelo de competências para investigadores



criminais assente em emoções, expressas como os fundamentos emocionais da personalidade humana (Davis & Panksepp, 2011) designados por sistemas de comando emocional.

Os resultados permitiram identificar quatro competências: relacionamento interpessoal, trabalho em equipa, capacidade analítica e persuasão. Os testes de equações estruturais mostraram linhas de continuidade desde os sistemas de comando emocional até ao conjunto de conhecimentos, habilidades (skills) e atitudes que permitiram compreender a estrutura subjacente às competências. Esta estrutura pode dar pistas sobre futuros trabalhos em Gestão de Recursos Humanos na PSP, que se foquem na otimização dos processos de seleção e desenvolvimento profissional – como por exemplo uma estratégia organizacional de gestão de recursos humanos com a consequente identificação e operacionalização de um plano estratégico, com o principal objetivo de elaboração do modelo de competências da PSP assente nas seguintes vertentes:

Missão, visão, valores e cultura organizacional da PSP;

Principais áreas de atuação da PSP – operações policiais, informações e inteligência policiais, investigação criminal, fiscalização e licenciamento das atividades relacionadas com armas e explosivos, fiscalização e licenciamento das atividades de segurança privada;

Funções definidas nos termos da Lei;

Postos de trabalho com especificidades próprias.

O plano estratégico proposto poderá utilizar aquele modelo (onde estão incluídos o conhecimento e os skills), ancorando a definição de perfis de competências funcionais no layer dos comandos emocionais e considerando os construtos associados aos vários layers já referidos.

A cada perfil funcional poder-se-á associar o grau de exigência de cada competência e o gap potencialmente existente entre aquele grau e o verificado na realidade em relação a cada pessoa que desempenhe as funções a que o perfil está associado. Associado ao gap verificado está

o plano de formação que contempla não só a formação inicial e específica, como a formação de valorização pessoal para ajustamento entre a competência esperada e a competência verificada.

Bibliografia:

Bartram, D., & Roe, R. a. (2005). Definition and Assessment of Competences in the Context of the European Diploma in Psychology. *European Psychologist*, 10(2), 93–102.

Davis, K. L., & Panksepp, J. (2011). The brain's emotional foundations of human personality and the Affective Neuroscience Personality Scales. *Neuroscience and Biobehavioral Reviews*, 35(9), 1946–1958.

Fonte: adaptado do resumo da tese "An emotion-based model of criminal investigators' competences in Polícia de Segurança Pública", doutoramento em Gestão, especialização em Recursos Humanos e Comportamento Organizacional, ISCTE-IUL, 2018.



estou aqui adultos



O sorriso não tem idade nem condição

 **POLÍCIA**
SEGURANÇA PÚBLICA

AA00000
Call/Liga 112

 **altice**
fundação



As pulseiras **ESTOU AQUI** são dirigidas a pessoas que, em função da idade ou de patologia, possam ficar desorientadas ou inconscientes, ainda que momentaneamente na via pública.



São um modo rápido e seguro de efetivar o encontro da pessoa com familiar/responsável, previamente identificado.



A pulseira não possui localizador GPS ou outro sistema de localização.



Não é um dispositivo de emergência médica.



218 111 000

www.psp.pt

protocolo@psp.pt

[policiasegurancapublica](#)

[policiasegurancapublica](#)

Polícia Segurança Pública

[@psp_portugal](#)

Polícia Segurança Pública

[@psp_portugal](#)

POLÍCIA
SEGURANÇA PÚBLICA

